

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Assembleia Geral
Ordinária a ser realizada
em **28 de abril de 2025**

MRV&CO



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
a realizar-se no dia 28 de abril de 2025**

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 08.343.492/0001-20

NIRE 31.300.023.907

Companhia Aberta

Belo Horizonte, 28 de março de 2025

A Administração da **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.** apresenta aos Srs. Acionistas a presente proposta contendo as informações exigidas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e pela Resolução nº 81 da Comissão de Valores Mobiliários ("Resolução CVM 81") de 29 de março de 2022, com as alterações introduzidas pela Resolução CVM nº 204/2024 ("Resolução CVM 204") de 04 de junho de 2024, relacionadas à Assembleia Geral Ordinária da Companhia a se realizar no dia 28 de abril de 2025, às 10h, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Professor Mário Werneck, 621, 10º andar, Bairro Estoril, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30455-610 ("AGO"), nos termos do Edital de Convocação a ser publicado no jornal Diário do Comércio em 28 e 29 de março e 01 de abril de 2025, e enviados à CVM e colocados à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia e no seu website – <http://ri.mrv.com.br/> em 28 de março de 2025.

A Ordem do Dia da Assembleia Geral será a seguinte:

1. **Tomar** as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
2. **Examinar, discutir e votar** as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
3. **Deliberar** sobre a eleição da chapa indicada para compor o Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, prorrogáveis até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2027, bem como fixar o número de vagas a serem preenchidas nesta deliberação;
4. **Deliberar** sobre a instalação do Conselho Fiscal, observado que a **instalação requer a participação mínima de 2% do capital votante** e, caso seja instalado, **eleger** os seus membros e seus respectivos suplentes para o mandato que se encerra na data de realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia em 2026; e
5. **Fixar** a remuneração anual global da Administração para o exercício social de 2025.

DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS

O Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes, foram publicados no jornal Diário do Comércio em 14 de março de 2025, e enviados à CVM e colocados à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia e no seu website – <http://ri.mrv.com.br/> em 24 de fevereiro de 2025.

MODALIDADE DA ASSEMBLEIA GERAL

Considerando o histórico de condução das Assembleias Gerais da Companhia, sempre realizadas presencialmente, reforçamos que este formato se alinha à prática consolidada e habitual, amplamente reconhecida e bem-aceita pelos acionistas e demais participantes.

A realização da Assembleia Geral Ordinária presencial, possibilita uma interação direta entre os participantes, promovendo um ambiente mais dinâmico e colaborativo para eventuais esclarecimentos e debates sobre os temas deliberados. Dessa forma, asseguramos a condução do evento com eficiência, clareza e segurança jurídica, preservando os interesses de todos os envolvidos.

Apresentaremos a seguir a proposta da Administração da Companhia com relação a cada um dos itens da ordem do dia da AGO.

SUMÁRIO

Proposta da Administração relacionada à AGO	6
ANEXO I – Comentários dos Diretores (Item 2 do Formulário de Referência)	11
ANEXO II – Proposta de Destinação dos Resultados	50
ANEXO III – Remuneração dos Administradores (Item 8 do Formulário de Referência)	51
ANEXO IV – Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência	77

Proposta da Administração relacionada à AGO

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 08.343.492/0001-20

NIRE 31.300.023.907

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

A Administração da **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia” ou “MRV”)**, sociedade por ações, com sede na Avenida Professor Mário Werneck, 621, Estoril, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.343.492/0001-20, encaminha a presente proposta relacionada à Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 28 de abril de 2025 (“Assembleia”).

Considerando os artigos 10, 11 e 13 da Resolução CVM 81, com as alterações introduzidas pela Resolução CVM 204, a Administração da MRV apresenta suas recomendações, referentes às seguintes matérias incluídas na ordem do dia:

1. Deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;

Em conformidade com o disposto no art. 132 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração da Companhia propõe a aprovação do Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, publicados no jornal Diário do Comércio em 14 de março de 2025 e aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 24 de fevereiro de 2025.

Estão disponíveis na página de Relações com Investidores da Companhia e da CVM, os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- a) Relatório da Administração;
- b) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024;
- c) Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia requeridos pelo item 2 do Formulário de Referência, conforme Resolução CVM 81, que também constam do ANEXO I ao presente documento;
- d) Relatório dos Auditores Independentes;
- e) Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas); e
- f) Parecer do Conselho Fiscal em conformidade com o disposto no art. 132 da Lei das Sociedades por Ações.

2. Deliberar sobre a eleição da chapa indicada para compor o Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, prorrogáveis até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2027, bem como fixar o número de vagas a serem preenchidas nesta eleição;

Considerando o término do mandato dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2023, exceto pelo Sr. Nicola Calicchio Neto que foi eleito na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 28 de junho de 2024, e em consonância com o previsto no artigo 132, inciso III da Lei das Sociedades por Ações, será necessária a eleição da nova chapa para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 02 (dois) anos, prorrogáveis até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2027.

Os parágrafos 1º e 2º do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia determinam que o Conselho de Administração será composto por no mínimo 05 (cinco) e no máximo 08 (oito) membros, dos quais no mínimo 2 (dois) deverão ser Conselheiros Independentes, ou o equivalente a 20% dos seus membros, o que for maior, cabendo à Assembleia Geral determinar o total de vagas a serem ocupadas.

Nos termos do artigo 17, §1º do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a indicação de chapa composta por 08 (oito) membros. O número de membros informado poderá ser alterado por decisão a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral, caso:

- 1) Haja requerimento de adoção do processo de voto múltiplo, atendendo as exigências legais e regulamentares cabíveis no caput e § 1º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações e Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022 (“Resolução CVM 70”); ou
- 2) Os acionistas minoritários exerçam o direito de eleger membros do Conselho de Administração em votação em separado, desde que sejam satisfeitas as condições estabelecidas nos §§ 4º a 6º do Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Destaca-se que, de acordo com a Resolução CVM 70, o percentual mínimo de acionistas requerentes para admitir-se o processo de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital social votante.

Em conformidade com o § 1º do artigo 17 do Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a indicação da chapa, denominada “Chapa da Administração” composta pelos seguintes membros:

- a) Srs. Antônio Kandir, Betania Tanure de Barros, José Carlos Wollenweber Filho e Paulo Sergio Kakinoff como Conselheiros Independentes; e
- b) Srs. Leonardo Guimarães Corrêa, Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia, Nicola Calicchio Neto e Rubens Menin Teixeira de Souza.

A chapa eleita pela Assembleia Geral exercerá mandato unificado por um período de 2 (dois) anos, prorrogável até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2027.

A Administração propõe a reeleição dos membros acima indicados, por entender que a atuação destes têm contribuído de forma significativa para o saudável desenvolvimento do negócio, habilitando-os para continuar no exercício da função primordial de definir as estratégias da Companhia.

Os Conselheiros Antônio Kandir, Betania Tanure de Barros, José Carlos Wollenweber Filho e Paulo Sergio Kakinoff se declararam independentes através de documento entregue à Companhia, de acordo com os critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

O Conselho de Administração da Companhia manifesta-se favoravelmente ao enquadramento, de cada um dos candidatos ao Conselho de Administração acima citados, aos critérios de independência dispostos no Regulamento do Novo Mercado e no Anexo K da Resolução CVM 80, bem como aderentes à Política de Indicação e Remuneração dos Administradores da Companhia.

Em conformidade com o disposto no artigo 11 da Resolução CVM 81, as informações dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia, relativamente aos candidatos que compõem a Chapa da Administração, estão disponíveis no Anexo IV dessa proposta.

3. Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal, observado que a instalação requer a participação mínima de 2% do capital votante e não votante e, caso seja instalado, eleger os seus membros e seus respectivos suplentes para o mandato a se encerrar na data de realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia em 2026; e

Conforme dispõe o Artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Considerando que o mandato atual dos Conselheiros Fiscais termina em 28 de abril de 2025 e que a Companhia possui um Comitê de Auditoria ativo, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, (a) com autonomia operacional e orçamento próprio; (b) composto por 3 (três) membros, sendo: 01 (um) membro conselheiro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e 01 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação aplicável; e (c) que o escopo de atuação do Comitê de Auditoria sobrepõe ao do Conselho Fiscal, não se limitando apenas à fiscalização das contas, mas tendo como escopo, entre outras competências: (c.1) monitorar o controle da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, do gerenciamento de riscos e compliance; (c.2) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; e (c.3) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia. A Assembleia Geral deverá deliberar acerca da instalação ou não do Conselho Fiscal para o ciclo que se inicia na Assembleia Geral Ordinária de 2025 até a Assembleia Geral Ordinária de 2026 e, se aprovado, deverá também eleger os seus membros e seus respectivos suplentes.

Caso, independe do exposto acima, os acionistas deliberem pela instalação do Conselho Fiscal, a Administração da Companhia indica os candidatos abaixo para os cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal:

Candidato a membro efetivo do Conselho Fiscal	Candidato a membro suplente do Conselho Fiscal
Thiago da Costa e Silva Lott	Lucas Wanderley de Freitas
Sicomar Benigno de Araújo Soares	Patrícia Bolina Pellini

Além disso, a Companhia recebeu a seguinte indicação dos acionistas minoritários representados pela gestora Navi Capital para concorrer aos cargos de membros do Conselho Fiscal, na vaga prevista pela alínea “a” do § 4º do artigo 161 da Lei nº 6.404/1976, destinada à eleição em separado pelos minoritários titulares de ações ordinárias, conforme a seguir:

Candidato a membro efetivo do Conselho Fiscal	Candidato a membro suplente do Conselho Fiscal
Aristóteles Nogueira Filho	Maria Salete Garcia Pinheiro

Em conformidade com o disposto no artigo 11 da Resolução CVM 81 e nos itens 7.3 e 7.6 do Formulário de Referência, as informações sobre os candidatos acima relacionados constam do Anexo IV a presente Proposta.

As informações relativas aos candidatos do Conselho Fiscal que forem indicados por acionistas minoritários, após a divulgação desta proposta e antes da realização da Assembleia Geral Ordinária, serão divulgadas pela Companhia nos websites da Companhia (<https://ri.mrv.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na forma prevista na regulação aplicável.

4. Fixar a remuneração anual global da Administração para o exercício social de 2025;

Propõe-se a aprovação da remuneração anual global da Administração da Companhia, no montante de até R\$ 64.630.273,00 (Sessenta e quatro milhões, seiscentos e trinta mil e duzentos e setenta e três reais), incluídos no valor todos os encargos incidentes, para o período a contar desta Assembleia Geral até a Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social de 2025.

Estão contemplados no montante a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, dos Comitês atualmente instalados e de eventual Conselho Fiscal que venha a ser instalado na Assembleia Geral Ordinária de 2025 nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia considera que a proposta de remuneração está em linha com o seu planejamento estratégico e com a sua estrutura organizacional. A Companhia realiza constantes estudos de mercado para avaliar o nível de remuneração adequado dos administradores, buscando sempre o equilíbrio entre uma boa política de retenção dos executivos e o pagamento de remuneração compatível com o mercado.

Em atendimento ao disposto no artigo 13 da Resolução CVM 81, as informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência estão contempladas no ANEXO III desta Proposta.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- a) Os documentos previstos na Resolução CVM 81, foram apresentados à CVM na presente data, por meio do Sistema de Informações Periódicas (IPE), nos termos do artigo 7º da referida Resolução, e encontram-se à disposição dos senhores no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.mrv.com.br>), nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br);
- b) Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas que optarem por participar presencialmente da Assembleia, deverão comparecer portando documento de identificação válido. Caso o acionista seja representado por procurador, será necessária a apresentação do instrumento de mandato, que deverá atender aos requisitos estabelecidos na Resolução CVM 81/22, conforme alterada.
- c) Adicionalmente, os documentos podem ser consultados e examinados na sede social da MRV, devendo os acionistas interessados agendar data e horário de visita com o departamento de Relações com Investidores;
- d) Em atenção ao disposto no artigo 141 da Lei 6.404/1976 e do artigo 3º da Resolução CVM nº 70/2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Neste sentido, eventual pedido de voto múltiplo deve ser apresentado à Companhia em até 48 horas antes da Assembleia;
- e) **Voto à Distância:** A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Resolução CVM 81 e Resolução CVM 204. O acionista que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador, depositário central – B3 S.A. ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração e Manual para Participação. Nos termos do artigo 27, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81 alterada, a Companhia informa que estenderá o prazo para os acionistas que optarem por enviar o Boletim de Voto à distância diretamente à Companhia para até 48 horas antes da realização da Assembleia.

Belo Horizonte, 28 de março de 2025.

A ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I – Comentários dos Diretores (Item 2 do Formulário de Referência)

2. Comentários dos diretores

2.1. Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência devem ser lidas em conjunto e são derivadas das (i) demonstrações financeiras consolidadas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e com comparativos de 2022, as quais foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e (ii) informações contábeis intermediárias consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as quais foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Para fins de conversão cambial, foi utilizada a taxa PTAX de R\$ 6,1923 para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, de R\$ 4,8413 para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e de R\$ 5,2177 para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e nas informações contábeis intermediárias sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Certas tabelas desta Seção 2 contém os termos “AH” e “AV” que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica ao longo de um período. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação à receita operacional líquida para os exercícios/períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações; ou (ii) em relação ao total do ativo e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas ou informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia.

Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir com as suas obrigações de curto e longo prazo.

A visão dos Diretores da Companhia está baseada nos seguintes aspectos:

- **Posição de Caixa** – Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$ 4.129 milhões. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante) da Companhia eram de R\$ 3.282 milhões e R\$ 2.892 milhões, respectivamente. Desde 2010, a Companhia mantém posição de caixa acima de R\$ 1 bilhão.
- **Capacidade Financeira** – Baseado na análise dos índices de liquidez, a Companhia possui capacidade financeira frente suas obrigações, mantendo os índices de liquidez acima de 1, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

	Em 31/12/2024	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
Liquidez Geral	1,34	1,43	1,41
Liquidez Corrente	1,65	2,09	2,03
Liquidez Seca	1,01	1,20	1,13

O índice de liquidez geral corresponde ao quociente do Ativo total pelo Passivo total. O índice de liquidez corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante. O índice de liquidez seca corresponde ao quociente da divisão (i) do resultado do ativo circulante subtraído dos imóveis a comercializar circulante; pelo (ii) passivo circulante.

- **Alavancagem e Estrutura de Capital** – A dívida líquida é calculada como soma (i) de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), e (ii) empréstimos, financiamentos e debêntures – Ativos mantidos para venda (“Dívida Bruta”); subtraídas (iii) de Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários circulante e não circulante (“Dívida Líquida”), sendo uma medição não contábil. A alavancagem é calculada como o quociente da Dívida Líquida pelo total do patrimônio líquido da Companhia (“Alavancagem”).

(R\$ milhões, exceto %)	Em 31/12/2024	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
Consolidado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures – Circulante	3.178	1.366	1.148
Empréstimos, financiamentos e debêntures – Ativos mantidos para venda	508	480	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures – Não Circulante	6.603	6.482	6.281
Dívida Bruta(1)	10.288	8.327	7.429
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(415)	(407)	(734)
(-) Títulos e valores mobiliários – Circulante	(3.325)	(2.331)	(1.784)
(-) Títulos e valores mobiliários – Não Circulante	(390)	(545)	(374)
Dívida Líquida(1)	6.159	5.045	4.537
Total do Patrimônio Líquido	7.470	7.565	6.574
Alavancagem(1)	82,45%	66,69%	69,01%

(1) A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Alavancagem não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida bruta, a alavancagem e a dívida líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para maiores informações, vide Seção 2.5 deste Formulário de Referência.

A alavancagem aumentou consideravelmente nos últimos dois períodos acima apresentados substancialmente em função da necessidade de capital do Grupo para financiamento das suas operações.

b) Estrutura de capital

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação Dívida Líquida sobre Total do Patrimônio Líquido apresenta níveis de alavancagem acima do patamar de 20% desejado pela Administração da Companhia. O aumento da Dívida Líquida foi resultado da redução da geração de caixa, consequência da forte pressão inflacionária (aumento de custos) sentida por todo o setor entre os anos de 2020 e 2021, que somente pôde ser compensada com aumento de preços de venda durante os anos de 2022 e 2023, e com novo aumento de preço de venda durante o trimestre findo em 31 de dezembro de 2024.

Desse modo, o foco para os próximos anos será a recuperação da rentabilidade, geração de caixa e, principalmente desalavancagem.

Com o aumento da taxa SELIC nos últimos anos, o custo médio ponderado da dívida para a Operação Brasil, ao final do trimestre findo em 31 de dezembro de 2024, alcançou 12,65% e, ao final de 2023, alcançou 12,80%.

Abaixo são apresentados outros indicadores sobre a estrutura de endividamento da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme evidenciado na tabela informativa de liquidez geral, corrente e seca apresentada no item 2.1 (a), a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível garantir que tal situação permanecerá. Os diretores entendem que caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Operação Brasil

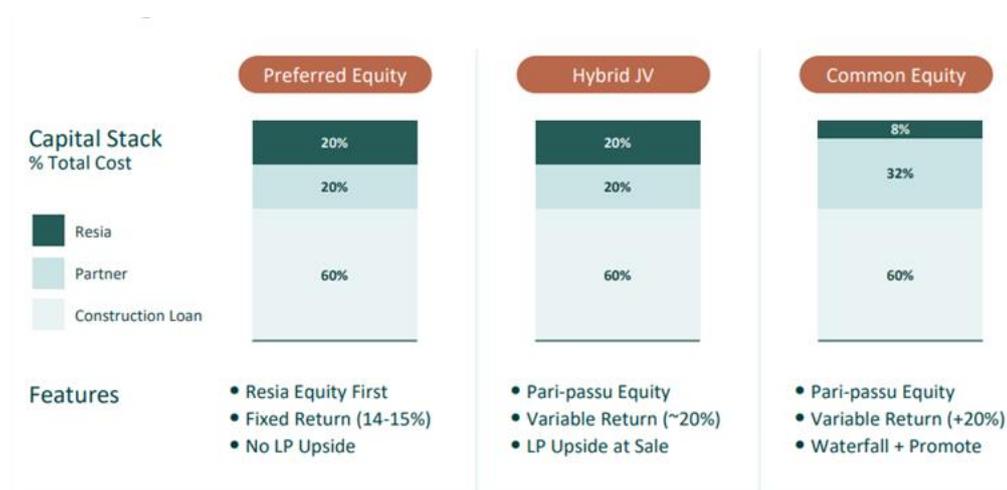
Quando necessário, a Companhia capta recursos por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento das necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção das disponibilidades de caixa em nível que a Companhia acredita ser apropriado para o desempenho de suas atividades. Adicionalmente, também acessa o mercado de capitais para emissão de valores mobiliários, tais como debêntures e notas promissórias. Os Diretores sempre buscam manter a Companhia com um nível reduzido de exposição a riscos das taxas de juros e de câmbio.

Para financiar o capital de giro, a Companhia tem acesso ao financiamento imobiliário de apoio à produção, concedido no momento da contratação dos empreendimentos dentro do Sistema Financeiro de Habitação (“SFH”), com recursos oriundos do FGTS ou do SBPE. Além das formas de *funding* mencionadas anteriormente, a Companhia ainda conta com a opção de estruturar dívidas bancárias com os principais agentes financeiros nacionais e internacionais.

Operação Estados Unidos – Resia (MRV US)

O modelo de *funding* da Resia é composto tanto pelo financiamento à construção (*Construction Loan*), quanto através de *Equity* (*Preferred Equity, Hybrid Joint Venture ou Common Equity*).

As estruturas de financiamento da Resia estão dispostas a seguir:



e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na opinião da Administração, as fontes de financiamento utilizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e findo em 31 de dezembro de 2023, são adequadas e continuarão a ser utilizadas pela Companhia como fontes de financiamento, se necessário.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Modalidade (em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Moeda	Vencimento do principal	Taxa efetiva	Em 31/12/2024	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
Individual:						
Debênture - 11ª emissão - 3ª série	R\$	09/23 e 09/24	IPCA + 6,47%	-	86	162
Debênture - 12ª emissão - 1ª série	R\$	07/23	DI + 1,52%	-	-	320
Debênture - 12ª emissão - 2ª série	R\$	07/24 e 07/25	DI + 1,79%	27	55	55
Debênture - 12ª emissão - 3ª série	R\$	07/23	DI + 1,62%	-	-	117
Debênture - 12ª emissão - 4ª série	R\$	07/23	DI + 1,62%	-	-	89
Debênture - 13ª emissão (CRI)	R\$	03/24 a 09/24	DI + 0,83%	-	122	122

Debênture - 14ª emissão (CRI)	R\$	05/24	100,4% DI + 0,28%	-	364	364
Debênture - 15ª emissão	R\$	11/22 a 11/25	DI + 1,19%	76	152	228
Debênture - 16ª emissão	R\$	04/23 a 04/25	DI + 1,69%	34	69	104
Debênture - 17ª emissão	R\$	04/21 a 04/23	DI + 3,68%	-	-	11
Debênture - 18ª emissão	R\$	08/25	DI + 2,54%	523	525	527
Debênture - 19ª emissão (CRI)	R\$	04/29 a 04/31	IPCA + 5,87%	506	454	456
Debênture - 21ª emissão (CRI)	R\$	02/28 e 02/29	IPCA + 6,92%	823	749	742
Debênture - 22ª emissão - 1ª série (CRI)	R\$	09/28 a 09/30	IPCA + 8,48%	390	351	351
Debênture - 22ª emissão - 2ª série (CRI)	R\$	09/30 a 09/32	IPCA + 8,68%	226	201	204
Debênture - 23ª emissão	R\$	06/25	CDI + 3,41%	118	104	-
Debênture - 24ª emissão - 1ª série (CRI)	R\$	12/27	110,5% DI +0,65%	33	33	-
Debênture - 24ª emissão - 2ª série (CRI)	R\$	12/27 e 12/28	CDI + 1,86%	66	65	-
Debênture - 24ª emissão - 3ª série (CRI)	R\$	12/28	13,38%	240	240	-
Debênture - 24ª emissão - 4ª série (CRI)	R\$	12/29	IPCA + 7,25%	66	63	-
Debênture - 25ª emissão	R\$	03/28 e 03/29	DI + 1,87%	310	-	-
Debênture - 26ª emissão	R\$	06/28 e 06/29	DI + 2,02%	150	-	-
Debênture - 27ª emissão	R\$	06/28 e 06/29	DI + 1,91%	100	-	-
Debênture - 28ª emissão - 1ª série (CRI)	R\$	10/29	110% DI + 0,59%	551	-	-
Debênture - 28ª emissão - 2ª série (CRI)	R\$	10/30 e 10/31	IPCA + 8,68%	105	-	-
(-) Custo de captação				(93)	(85)	(45)
Total de debêntures e CRI - Individual				4.252	3.547	3.808
Financiamento à construção	R\$	06/24 a 05/29	TR + 8,42%	488	342	160
Financiamento à construção	R\$	04/25 a 07/27	DI + 2,08%	6	79	155
Financiamento à construção	R\$	05/24 a 02/27	Poupança + 3,81%	38	62	118
Financiamento à construção	R\$	07/24 a 01/27	TLP + 2,73%	132	157	70
Notas comerciais - 1ª emissão	R\$	08/24 a 05/25	DI + 3,50%	-	153	-
(-) Custo de captação				-	-	-
Total empréstimos e financiamentos - Individual				664	792	504
Total Individual				4.916	4.339	4.312
Controladas:						
Debênture - 2ª emissão - Urba	R\$	06/21 a 06/23	DI + 1,73%	-	-	20
Debênture - 3ª emissão - Urba (CRI)	R\$	03/24	DI + 1,10%	-	60	60
Debênture - 4ª emissão - Urba	R\$	04/23 a 04/25	DI + 1,71%	-	28	41
Debênture - 5ª emissão - Urba	R\$	04/27	DI + 2,02%	82	82	82
Debênture - 6ª emissão - Urba	R\$	05/25	DI + 3,71%	-	112	-
Debênture - 7ª emissão - Urba	R\$	03/28 e 03/29	DI + 2,01%	124	-	-
Debênture - 8ª emissão - Urba	R\$	11/27 a 11/29	DI + 1,97%	151	-	-
(-) Custo de captação				(3)	(2)	(2)
Total de debêntures e CRI - Controladas				355	279	202

Project loans	US\$	02/25	Libor + 2,75%	-	227	360
Project loans	US\$	11/25	WSJ Prime + 0,35%	131	66	-
Project loans	US\$	03/25 a 04/26	9,48% a 11,50%	266	260	183
Project loans	US\$	08/25 e 01/26	Sofr + 2,25% e 2,90%	649	319	241
Project loans	US\$	04/25	Bsby + 2,35%	-	316	144
Project loans	US\$	03/25 a 05/27	Term sofr + 2,15% e 5,88%	693	-	-
Loan agreements [2]	US\$	02/25 e 02/26	3,80% a 4,37%	1.489	1.181	1.255
Loan agreements	US\$	11/25	WSJ Prime + 0,35%	52	-	-
Loan agreements	US\$	03/25 a 09/25	Termo sofr + 3,20% e 3,88%	435	-	-
Financiamento à construção (*)	R\$	04/16 a 03/23	TR + 13,53%	-	-	1
Financiamento à construção	R\$	11/21 a 09/27	TR + 8,36%	-	-	222
Financiamento à construção	R\$	03/24 a 11/29	TR + 8,47%	545	417	-
Financiamento à construção - Urba	R\$	03/24 a 02/27	TR + 9,30%	12	16	-
Financiamento à construção	R\$	04/23 a 12/27	DI + 2,22%	-	-	275
Financiamento à construção	R\$	04/23 a 12/27	DI + 2,43%	28	122	-
Financiamento à construção - Urba	R\$	04/23 a 12/27	DI + 2,39%	19	21	-
Financiamento à construção	R\$	12/24 a 10/26	Poupança + 4,92%	3	22	101
Financiamento à construção	R\$	07/24 a 01/27	TLP + 2,73%	-	-	122
Financiamento à construção	R\$	07/24 a 01/27	TLP + 2,15%	-	-	15
Financiamento à construção	R\$	07/24 a 01/27	TLP + 2,33%	189	264	-
(-) Custo de captação	R\$			(1)	(2)	(4)
Total empréstimos e financiamentos - Controladas				4.510	3.229	2.915
Total Controladas				4.864	3.508	3.117
Total Consolidado				9.781	7.847	7.429

i. Contratos de Empréstimos e Financiamentos relevantes

Debêntures:

11ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, de 19 de julho de 2017, foi aprovada a 11ª (décima primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries em sistema de vasos comunicantes, para distribuição pública, sem garantias adicionais da Companhia. Foram emitidas 70.000 (setenta mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo (i) 36.450 (trinta e seis mil quatrocentos e cinquenta) debêntures da 1ª série; (ii) 21.430 (vinte e uma mil, quatrocentos e trinta) debêntures da 2ª série; e (iii) 12.120 (doze mil cento e vinte) debêntures da 3ª série. O valor total da emissão foi de R\$ 700.000.000 (setecentos milhões de reais), dividido na seguinte proporção entre as Séries:

- 1ª série: o valor desta série corresponde ao montante de R\$ 364.500.000 (trezentos e sessenta e quatro milhões e quinhentos mil reais), com remuneração de 100% da variação do CDI

acrescido de *spread* de 1,0% ao ano, com vencimento final em 15 de setembro de 2020. A remuneração foi paga semestralmente a partir da data de liquidação e o principal foi pago em uma única parcela no vencimento.

- 2ª série: o valor da série corresponde ao montante de R\$ 214.300.000 (duzentos e quatorze milhões e trezentos mil reais) e com remuneração de 100% da variação do CDI acrescido de *spread* de 1,5% (*spread* efetivo de 1,56%) ao ano, com vencimento final em 15 de setembro de 2022. A remuneração foi paga semestralmente a partir da data de liquidação e o principal foi pago anualmente a partir de 15 de setembro de 2021.

- 3ª série: o da série corresponde ao montante de R\$ 121.200.000 (cento e vinte um milhões e duzentos mil reais) e foi atualizada monetariamente pela variação acumulada do IPCA, e sobre o valor nominal atualizado incidirá juros remuneratórios correspondentes a 6,4483% (juros efetivos de 6,47%) ao ano. A remuneração será paga anualmente a partir da data de liquidação e o principal atualizado será pago em 15 de setembro de 2023 e 15 de setembro de 2024 (vencimento final das séries).

Em 3 de agosto de 2018, a Companhia realizou a recompra para cancelamento de 8.073 (oito mil e setenta e três) debêntures da 1ª série da 11ª (décima primeira) emissão, que passou a ter 28.377 (vinte e oito mil trezentos e setenta e sete) debêntures, totalizando o montante da emissão no valor total de R\$ 619.270.000 (seiscentos e dezenove milhões duzentos e setenta mil reais).

12ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, de 18 de junho de 2018, foi aprovada a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em quatro séries em sistema de vasos comunicantes, para distribuição pública, sem garantias adicionais da Companhia. Foram emitidas 54.220 (cinquenta e quatro mil e duzentas e vinte) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo **(i)** 29.870 (vinte nove mil, oitocentas e setenta) debêntures da 1ª série; **(ii)** 5.130 (cinco mil, cento e trinta) debêntures da 2ª série; **(iii)** 10.913 (dez mil, novecentas e treze) debêntures da 3ª série e; **(iv)** 8.307 (oito mil trezentas e sete) debêntures da 4ª Série. O valor total da emissão foi de R\$ 542.200.000 (quinhentos e quarenta e dois milhões e duzentos mil), dividido na seguinte proporção entre as séries:

- 1ª série: o valor da série corresponde ao montante de R\$ 298.700.000 (duzentos e noventa e oito milhões e setecentos mil reais) e será remunerada por 100% da variação do CDI acrescido de *spread* de 1,40% (*spread* efetivo de 1,52%) ao ano, com vencimento final em 5 de julho de 2023. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de liquidação e o principal será pago em uma única parcela no vencimento.

- 2ª série: o valor da série corresponde ao montante de R\$ 51.300.000 (cinquenta e um milhões e trezentos mil reais) e será remunerada por 100% da variação do CDI acrescido de *spread* de 1,70% (*spread* efetivo de 1,79%) ao ano, com vencimento final em 5 de julho de 2025. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de liquidação e o principal será pago anualmente a partir de 5 de julho de 2024.

- 3ª série: o valor da série corresponde ao montante de R\$ 109.130.000 (cento e nove milhões e cento e trinta mil reais) e será remunerada por 100% da variação do CDI acrescido de *spread* de 1,50% (*spread* efetivo de 1,62%) ao ano, com vencimento final em 5 de julho de 2023. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de liquidação e o principal será pago em uma única parcela no vencimento.
- 4ª série: o valor da série corresponde ao montante de R\$ 83.070.000 (oitenta e três milhões e setenta mil reais) e será remunerada por 100% da variação do CDI acrescido de 1,50% (*spread* efetivo de 1,62%) ao ano, com vencimento final em 5 de julho de 2023. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de liquidação e o principal será pago em uma única parcela no vencimento.

13ª emissão:

Em reunião do Conselho de Administração, em 1 de março de 2019, foi aprovada a 13ª (décima terceira) emissão de debêntures simples, para colocação privada, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, sem garantia adicional da Companhia, no montante de R\$ 300.000.000 (trezentos milhões), representadas por 300.000 (trezentas mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), que serviu de lastro para a operação de CRI emitidos pela Gaia Securitizadora S.A., no dia 14 de maio de 2019, com data de vencimento para 18 de setembro de 2024. A operação faz jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal, ou saldo do mesmo, se for o caso, equivalentes a 100% da variação do CDI. A taxa efetiva da captação acrescenta ao custo da dívida um *spread* de 0,83% ao ano.

14ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, em 10 de maio de 2019, foi aprovada a 14ª (décima quarta) emissão de debêntures simples, para colocação privada, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, sem garantia adicional da Companhia, no montante de R\$ 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões), representadas por 360.000 (trezentas e sessenta mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), que serviu de lastro para a operação de CRI, emitidos pela Vert Companhia Securitizadora, no dia 28 de maio de 2019, com data de vencimento para 28 de maio de 2024. A operação faz jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal, ou saldo do mesmo, se for o caso, equivalentes a 100,4% da variação do CDI. A taxa efetiva da captação acrescenta ao custo da dívida um *spread* de 0,28% ao ano.

15ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, em 14 de março de 2019, foi aprovada a 15ª (décima quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, sem garantia adicional da Companhia, no montante de R\$ 300.000.000 (trezentos milhões), representadas por 300.000.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), com data de vencimento para 25 de novembro de 2025. A operação faz jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal, ou seu saldo, se for o caso, equivalentes a 100% da variação do CDI,

acrescida exponencialmente de um *spread* de 1,06% (*spread* efetivo de 1,19%) ao ano.

16ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, em 30 de março de 2020, foi aprovada a 16ª (décima sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sem garantia adicional, no montante de R\$ 100.000.000 (cem milhões), representadas por 100.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com data de vencimento para 1 de abril de 2025. A operação faz jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal, ou seu saldo, se for o caso, equivalentes a 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de um *spread* de 1,50% (*spread* efetivo de 1,69%) ao ano.

17ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, em 16 de abril de 2020, foi aprovada a 17ª (décima sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da Companhia, no montante de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões), representadas por 50.000 (cinquenta mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com data de vencimento para 24 de abril de 2023. A operação faz jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal, ou seu saldo, se for o caso, equivalentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de um *spread* de 3,00% (*spread* efetivo de 3,68%) ao ano.

18ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, em 24 de agosto de 2020, foi aprovada a 18ª (décima oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da Companhia, no montante de R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais), representadas por 500.000 (quinhentas mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com data de vencimento para 24 de agosto de 2025. A operação faz jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal, ou seu saldo, se for o caso, equivalentes a 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de um *spread* de 2,40% (*spread* efetivo de 2,54%) ao ano.

19ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, em 23 de março de 2021, foi aprovada a 19ª (décima nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, no montante de R\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de reais), representadas por 400.000 (quatrocentas mil) debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), que serviu de lastro para a operação de Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), emitidos pela True Securitizadora S.A., com data de vencimento para 17 de abril de 2031. A operação é atualizada monetariamente pela variação acumulada do IPCA, e sobre o valor nominal atualizado incidirá juros remuneratórios correspondentes a 5,4328% (juros efetivos de 5,87%) ao ano.

21ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, em 25 de janeiro de 2022, foi aprovada a 21ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, no montante de R\$ 700.000.000 (setecentos milhões), representadas por 700.000 (setecentas mil) debêntures, no valor nominal de unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), que serviu de lastro para a operação de CRI, emitidos pela Virgo Cia de Securitização, com data de vencimento para 15 de fevereiro de 2029. A operação é atualizada monetariamente pela variação acumulada do IPCA, e sobre o valor nominal atualizado incidirá juros remuneratórios correspondentes a 6,5954% (juros efetivos de 6,92%) ao ano.

22ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, em 27 de maio de 2022 foi aprovada a 22ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para colocação privada da Companhia, no montante total de R\$ 550.000.000 (quinhentos e cinquenta milhões), sendo representadas por 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) debêntures, no valor nominal de unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo, 347.928 (trezentos e quarenta e sete mil, novecentos e vinte e oito) debêntures da primeira e 202.072 (duzentos e duas mil e setenta e duas) debêntures da segunda série, que serviram de lastro para a operação de CRI, emitidos pela True Securitizadora S.A., conforme características abaixo:

- **1ª série:** o valor da série corresponde ao montante de R\$ 347.928.000 (trezentos e quarenta e sete milhões e novecentos e vinte e oito mil reais) e será atualizada monetariamente a partir da primeira data de integralização das Debêntures da Primeira Série até a integral liquidação das Debêntures desta série, pela variação do IPCA, acrescidos de *spread* de 6,5% (juros efetivos de 7,1%) ao ano, com vencimento final em 13 setembro de 2030. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de liquidação e o principal será pago anualmente em 3 (três) parcelas a partir de 14 de setembro de 2028.
- **2ª série:** o valor da série corresponde ao montante de R\$ 202.072.000 (duzentos e dois milhões e setenta e dois mil) e será atualizada monetariamente a partir da primeira data de integralização das debêntures da segunda série até a integral liquidação das Debêntures desta série, pela variação do IPCA, acrescido de *spread* de 6,7% (juros efetivos de 6,2%) ao ano, com vencimento final em 14 de setembro de 2032. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de liquidação e o principal será pago anualmente em 3 (três) parcelas a partir de 13 de setembro 2030.

23ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, em 14 de junho de 2023, foi aprovada a 23ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da Companhia, no montante de R\$ 97.380.000,00 (noventa e sete milhões e trezentos e oitenta mil), representadas por 97.380 (noventa e sete mil, trezentos e oitenta) debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com data de vencimento para 21 de junho de 2025. A operação faz jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal, ou seu saldo, se for o caso,

equivalentes a 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de um spread de 2,20% ao ano.

24ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, em 28 de novembro de 2023, foi aprovada a 24ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 4 (quatro) séries, para colocação privada da Companhia, no montante total de R\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões), sendo representadas por 400.000 (quatrocentas mil) debêntures, no valor nominal de unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo, 32.768 (trinta e duas mil, setecentas e sessenta e oito) debêntures da primeira, 65.292 (sessenta e cinco mil, duzentas e noventa e duas) debêntures da segunda série, 239.088 (duzentos e trinta e nove mil e oitenta e oito) debêntures da terceira e 62.852 (sessenta e duas mil, oitocentas e cinquenta e duas) debêntures da quarta série que serviram de lastro para a operação de CRI, emitidos pela True Securitizadora S.A., conforme características abaixo:

- 1ª série: o valor da série corresponde ao montante de R\$ 32.768.000 (trinta e dois milhões e setecentos e sessenta e oito mil reais) e faz jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal, ou seu saldo, se for o caso, equivalentes a 110,50% da Taxa DI, com vencimento final em 14 dezembro de 2027. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de liquidação e o principal será pago em uma única parcela no vencimento.
- 2ª série: o valor da série corresponde ao montante de R\$ 65.292.000 (sessenta e cinco milhões e duzentos e noventa e dois mil) e faz jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal, ou seu saldo, se for o caso, equivalentes a 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de um spread de 1,25% ao ano, com vencimento final em 14 de dezembro de 2028. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de liquidação e o principal será pago anualmente em 2 (duas) parcelas a partir de 14 de dezembro 2027.
- 3ª série: o valor da série corresponde ao montante de R\$ 239.088.000 (duzentos e trinta e nove milhões e oitenta e oito mil) e será atualizada monetariamente a partir da primeira data de integralização das debêntures da terceira série até a integral liquidação das Debêntures desta série e faz jus a uma remuneração correspondente a 12,60% ao ano. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de liquidação e principal será pago em uma única parcela no vencimento.
- 4ª série: o valor da série corresponde ao montante de R\$ 62.852.000 (Sessenta e dois milhões e oitocentos e cinquenta e dois mil) e será atualizada monetariamente a partir da primeira data de integralização das debêntures da quarta série até a integral liquidação das Debêntures desta série, pela variação do IPCA, acrescido de spread de 6,6892% ao ano, com vencimento final em 14 de dezembro de 2029. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de liquidação e o principal será pago em uma única parcela no vencimento.

25ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, em 13 de março de 2024, foi aprovada a 25ª emissão

de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da Companhia, no montante de R\$ 300.000.000 (trezentos milhões), representadas por 300.000 (trezentas mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com data de vencimento para 20 de março de 2029. A operação faz jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal, ou seu saldo, se for o caso, equivalentes a 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de um spread de 1,70% ao ano.

26ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, em 13 de junho de 2024, foi aprovada a 26ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da Companhia, no montante de R\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões), representadas por 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com data de vencimento para 21 de junho de 2029. A operação faz jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal, ou seu saldo, se for o caso, equivalentes a 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de um spread de 1,70% ao ano.

27ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, em 28 de junho de 2024, foi aprovada a 27ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da Companhia, no montante de R\$ 100.000.000 (cem milhões), representadas por 100.000 (cem mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com data de vencimento para 28 de junho de 2029. A operação faz jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal, ou seu saldo, se for o caso, equivalentes a 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de um spread de 1,70% ao ano.

28ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração, em 24 de setembro de 2024, foi aprovada a 28ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para colocação privada da Companhia, no montante total de R\$ 641.424.000 (seiscentos e quarenta e um milhões e quatrocentos e vinte e quatro mil reais), sendo representadas por 641.424 (seiscentas e quarenta e uma mil, quatrocentas e vinte e quatro) debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo 538.669 (quinhentas e trinta e oito mil, seiscentas e sessenta e nove) debêntures da primeira e 102.755 (cento e duas mil, setecentas e cinquenta e cinco) debêntures da segunda série, que serviram de lastro para a operação de CRI, emitidas pela True Securitizadora S.A., conforme características abaixo:

- **1ª série:** o valor da série corresponde ao montante de R\$ 538.669.000 (quinhentos e trinta e oito milhões e seiscentos e sessenta e nove mil) e faz jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal, ou seu saldo, se for o caso, equivalentes a 110% da Taxa DI, com vencimento final em 11 de outubro de 2029. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de liquidação e o principal será pago em uma única parcela no vencimento.

- 2ª série: o valor da série corresponde ao montante de R\$ 102.755.000 (cento e dois milhões e setecentos e cinquenta e cinco mil) e será atualizado monetariamente a partir da primeira data de integralização das debêntures da segunda série até a integral liquidação das Debêntures desta série, pela variação do IPCA, acrescido de spread de 8,0483% ao ano, com vencimento final em 14 de outubro de 2031. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de liquidação e o principal será pago anualmente em 2 (duas) parcelas a partir de 14 de outubro de 2030.

FINAME

Em 27 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“**BNDES**”), através do Banco Santander, 11 (onze) contratos de **FINAME Materiais Industrializados**, para a aquisição de materiais, de fabricação nacional, a serem empregados na construção de empreendimentos, com o valor total de R\$ 190.000.000 (cento e noventa milhões de reais). Até 31 de dezembro de 2024 o desembolso parcial era de R\$ 187.469.000 (cento e oitenta e sete milhões e quatrocentos e sessenta e nove mil). As operações serão atualizadas a partir da data de liberação dos recursos, pela variação do IPCA acrescida de *spread* de 7,96% ao ano. O prazo total da operação é de 48 meses, sendo 12 meses de carência e 36 meses para pagamento do principal. Os juros serão pagos semestralmente a partir da data de liberação dos recursos e o principal também será semestralmente, a partir da finalização do período de carência até o vencimento da operação em 15 de janeiro de 2027.

Em 27 de dezembro de 2022 a Companhia firmou com o BNDES, através do Banco Bradesco, 9 (nove) contratos de **FINAME Materiais Industrializados**, para a aquisição de materiais, de fabricação nacional, a serem empregados na construção de empreendimentos, com o valor total de R\$ 180.000.000 (cento e oitenta milhões de reais). Até 31 de dezembro de 2024 o desembolso parcial era de R\$ 130.041.000 (cento e trinta milhões e quarenta e um mil). As operações serão atualizadas a partir da data de liberação dos recursos, pela variação do IPCA, acrescida de *spread* de 7,38% ao ano. O prazo total da operação é de 48 meses, sendo 24 meses de carência e 24 meses para pagamento do principal. Os juros serão pagos trimestralmente no período de carência e, a partir do término da carência, os juros e o principal terão pagamento mensal até o vencimento da operação em 15 de janeiro de 2027.

Em 28 de junho de 2023, a Companhia celebrou com o BNDES, através do Banco Alfa 10 contratos de **FINAME Materiais Industrializados**, para a aquisição de materiais, de fabricação nacional, a serem empregados na construção de empreendimentos, com o valor total de R\$ 50.491.000 (cinquenta milhões e quatrocentos e noventa e um mil). Até 31 de dezembro de 2024 o desembolso parcial era de R\$ 44.756.000 (quarenta e quatro milhões e setecentos e cinquenta e seis reais). As operações serão atualizadas a partir da data de liberação dos recursos, pela variação do IPCA acrescida de *spread* de 8,78% ao ano. O prazo total da operação é de 23 meses, sendo 12 meses de carência e 11 meses para pagamento do principal. Os juros serão pagos trimestralmente no período de carência e, a partir do término da carência, os juros e o principal terão pagamento mensal até o vencimento da operação em 15 de junho de 2025.

Notas Comerciais Escriturais

Em reunião do Conselho de Administração, em 15 de maio de 2023, foi aprovada a 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, de distribuição privada da Companhia, na qualidade de emissora, no montante total de R\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de reais), com data de vencimento para 12 de maio de 2025. A operação tinha taxas contratuais de DI + 2,95% a.a. e foi quitada no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

CCBs emitidas

Em 28 de abril de 2020, a Companhia concluiu a emissão de 8 (oito) CCBs no valor total de R\$ 200.000 mil com o banco BTG Pactual S.A com data de vencimento para 28 de abril de 2022. Essa operação possui amortização de principal anual com início em 28 de abril de 2021, e juros trimestrais. A operação faz jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal, ou saldo do mesmo, se for o caso, equivalentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de um *spread* de 3,1% ao ano.

Financiamento à Construção

Os contratos de financiamento à construção têm como garantias de pagamento recebíveis caucionadas, alienação de terrenos e de unidades habitacionais.

Leasing

Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro firmado com o Banco Santander em 18 de setembro de 2017 para aquisição de uma aeronave no valor de R\$ 19.944 mil. A operação foi remunerada pela variação do CDI acrescidos da taxa pré-fixada de 2,0% a.a. à 2,9% a.a. A remuneração e o principal foram pagos mensalmente a partir de 19/03/2018 até o pré-pagamento que ocorreu em 08/02/2022. A garantia da operação era o próprio bem.

Adicionalmente, foram contratados no ano de 2020, 36 operações de Leasing junto aos Bancos Bradesco e Santander que se referem a compra de formas de alumínio. As operações foram remuneradas pela variação do CDI acrescida de uma taxa pré-fixada entre 2,5% a.a.e 2,9% a.a. Atualmente, resta apenas uma operação de leasing, com valor original de R\$ 452 mil, início em 08/05/2020 e vencimento em 08/05/2023. Em geral as operações contaram com pagamentos de juros e principal mensais. A garantia das operações é o bem objeto da contratação.

Loan Agreement- MRV US E AHS

Entre 21 de fevereiro de 2020 e 22 de fevereiro de 2022, a MRV US firmou um total de sete contratos de *Loan Agreement* no valor total de US\$282.000.000 (duzentos e oitenta e dois milhões de dólares americanos) com o banco Itaú Nassau Branch, equivalente a aproximadamente R\$1.464.910.000 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e quatro milhões novecentos e dez mil reais) às respectivas datas de contratação, e aproximadamente R\$1.467.000.000 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e sete milhões de reais) em 31 de dezembro 2024.

Estes recursos foram destinados ao programa de aporte na Resia (antiga AHS). Estas operações

possuem amortização de principal em parcela única ao final do contrato, que se darão entre fevereiro de 2025 e fevereiro de 2026. As operações fazem jus à remuneração equivalente a taxas prefixadas entre 3,8% e 4,4% ao ano, pagas semestralmente. As operações de Loan Agreement contam com aval da MRV Engenharia S.A.

i. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas destacadas no item (i) acima.

ii. Grau de subordinação entre as dívidas

De acordo com os contratos das dívidas contraídas pela Companhia, nenhuma tem precedência em relação à outra, mesmo em eventual concurso universal de credores. Considerando que nos contratos das dívidas da Companhia não há ordem de precedência, em eventual concurso universal de credores, a Companhia obedece aos termos estabelecidos no Código Civil.

iii. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As cláusulas contratuais de observância de *covenants* financeiros mais comuns nas dívidas corporativas da Companhia, são de Dívida Líquida e Recebíveis, conforme apresentadas no quadro abaixo:

Covenants	Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
$(\text{Dívida Líquida} + \text{Imóveis a Pagar}) / (\text{Patrimônio Líquido}) < 0,65$	0,45	0,39	0,63
$(\text{Recebíveis} + \text{Receitas a Apropriar} + \text{Estoques}) / \text{Dívida Líquida} + \text{Imóveis a Pagar} + \text{Custo a Apropriar} > 1,6 \text{ ou } < 0$	3,37	3,61	2,9

Cabe ressaltar que, para o cálculo dos *covenants*, **(i)** na Dívida Líquida devem ser excluídos os Financiamentos à Construção, no Brasil e nos Estados Unidos, e **(ii)** nos Imóveis a Pagar, devem ser excluídas as Permutas.

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo permaneceu em conformidade com as cláusulas restritivas dos seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 31 de dezembro de 2023 a companhia também se encontrava em conformidade, com exceção do descumprimento de covenant referente à Cláusula 9.2, alínea (i) e 9.5. do Instrumento Particular de Escritura da 22ª emissão de debêntures, celebrada em 06 de julho de 2022 e Cláusula 4.1, alínea (28) e 6.1.2, alínea (i), do termo de securitização da 32ª emissão de CRI, que tratava sobre a manutenção de rating mínimo de classificação de risco. Desta forma, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o montante de R\$556.193 mil, referente a essa dívida, que originalmente estava classificado no

passivo não circulante, exclusivamente, para atendimento ao requerimento do item 69 do CPC 26 (R1). Adicionalmente, a Companhia avaliou os possíveis desdobramentos desse assunto nos seus demais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que não seriam necessários ajustes adicionais.

Em 06 de abril de 2023, foi realizada Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 32ª emissão da True Securitizadora S.A., onde os titulares dos CRI, decidiram por aprovar a não decretação do vencimento antecipado das debêntures e, conseqüentemente dos CRI acima mencionados e a não necessidade de qualquer nível mínimo de classificação de risco. Em contrapartida, em 14 de abril de 2023, a Companhia pagou aos titulares do CRI a importância de R\$40.392 mil, à título de Waiver fee. Em função da referida decisão, em abril de 2023 os vencimentos da dívida voltaram aos termos contratuais originais.

A tabela abaixo demonstra o saldo devedor para cada uma de suas dívidas em 31 de dezembro de 2024:

Empresa	Operação	Emissão / Série	Total em 31/12/2024 em milhões de reais)
MRV	Debênture	12ª Emissão de Debênture - 2ª séries	27
MRV	Debênture	15ª Emissão de Debênture	76
MRV	Debênture	16ª Emissão de Debênture	34
MRV	Debênture	18ª Emissão de Debênture	523
MRV	CRI	1ª Emissão / 379ª série True	506
MRV	CRI	4ª Emissão / 442ª série Virgo	823
MRV	CRI	32ª Emissão / 400ª série True - 1ª e 2ª séries	616
MRV	Debênture	23ª Emissão de Debênture	118
MRV	CRI	226ª série True - 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries	405
MRV	Debênture	25ª Emissão de Debênture	310
MRV	Debênture	26ª Emissão de Debênture	150
MRV	Debênture	27ª Emissão de Debênture	100
MRV	CRI	358ª série True - 1ª e 2ª séries	656
MRV US	LOAN - ITAÚ	AGE1144680	295
MRV US	LOAN - ITAÚ	AGE1187706	94
MRV US	LOAN - ITAÚ	AGE1189398	220
MRV US	LOAN - ITAÚ	AGE1192706	126
MRV US	LOAN - ITAÚ	AGE1239134	377
MRV US	LOAN - ITAÚ	AGE1250868	377
URBA MAIS	Debênture	5ª Emissão de Debênture	82
URBA MAIS	Debênture	7ª Emissão de Debênture	124
URBA MAIS	Debênture	8ª Emissão de Debênture	151

Nota: Os valores são apresentados brutos de custos de captação.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A tabela abaixo evidencia os limites de financiamentos contratados pela Companhia, por banco, bem como os percentuais sacados pela Companhia. Os valores contratados dizem respeito ao limite disponível para utilização da Companhia, e os valores Liberados PJ dizem respeito aos valores já utilizados.

Banco	Tipo de operação	Valor contratado (R\$ em milhões)	Liberado PJ (R\$ em milhões)	% Utilização
CEF	Construção	11.555	1.832	16%
Santander	Construção	106	8	8%
Bradesco	Construção	51	3	6%
Itaú	Construção	19	0	0%
Santander	Finame materiais	190	187	98,7%
Bradesco	Finame materiais	180	130	72,3%
Alfa	Finame materiais	50	45	88,6%

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As variações relevantes nos principais itens das demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 são discutidas a seguir:

Principais variações das demonstrações do resultado

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de							
	2024	AV	2023	AV	2022	AV	AH (2024 x 2023)	AH (2023 x 2022)
Receita operacional líquida	9.009.035	100,0%	7.429.915	100,0%	6.645.285	100,0%	21,3%	11,8%
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	(6.633.159)	-73,6%	(5.742.737)	-77,3%	(5.327.731)	-80,2%	15,5%	7,8%
Lucro bruto	2.375.876	26,4%	1.687.178	22,7%	1.317.554	19,8%	40,8%	28,1%
Receitas (despesas) operacionais:								
Despesas com vendas	(797.357)	-8,9%	(755.131)	-10,2%	(661.701)	-10,0%	5,6%	14,1%
Despesas gerais e administrativas	(678.056)	-7,5%	(653.368)	-8,8%	(610.568)	-9,2%	3,8%	7,0%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(326.463)	-3,6%	(124.309)	-1,7%	426.937	6,4%	162,6%	-129,1%
Resultado de equivalência patrimonial	(140.460)	-1,6%	(84.509)	-1,1%	(109.840)	-1,7%	66,2%	-23,1%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	433.540	4,8%	69.861	0,9%	362.382	5,5%	520,6%	-80,7%
Resultado financeiro:								
Despesas financeiras	(1.264.546)	-14,0%	(467.360)	-6,3%	(594.126)	-8,9%	170,6%	-21,3%
Receitas financeiras	369.767	4,1%	220.740	3,0%	249.598	3,8%	67,5%	-11,6%
Receitas financeiras provenientes dos clientes por incorporação de imóveis	127.630	1,4%	103.372	1,4%	107.739	1,6%	23,5%	-4,1%
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(333.609)	-3,7%	(73.387)	-1,0%	125.593	1,9%	354,6%	-158,4%
Imposto de renda e contribuição social	(148.488)	-1,6%	54.948	0,7%	(249.056)	-3,7%	-370,2%	-122,1%
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(482.097)	-5,4%	(18.439)	-0,2%	(123.463)	-1,9%	2514,6%	-85,1%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida passou de R\$7.430 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$9.009 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$1.579 milhões, ou de 21,3%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em relação ao exercício anterior. O aumento observado se dá especialmente pelo aumento no volume de unidades vendidas.

A receita operacional líquida passou de R\$6.645 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$7.430 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$785 milhões, ou de 11,8%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em relação ao exercício anterior. O aumento observado se dá especialmente pelo aumento no volume de unidades vendidas.

Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados

O custo dos imóveis vendidos e serviços prestados passou de R\$5.743 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$6.633 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o que representou um aumento de R\$890 milhões, ou de 15,5%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em relação ao exercício anterior. O aumento no custo dos imóveis vendidos acompanhou o aumento de unidades vendidas, conforme apresentado no tópico acima, afetado também por uma melhora na margem de novas vendas.

O custo dos imóveis vendidos e serviços prestados passou de R\$5.328 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$5.743 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o que representou um aumento de R\$415 milhões, ou de 7,8%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em relação ao exercício anterior. O aumento no custo dos imóveis vendidos acompanhou o aumento de unidades vendidas, conforme apresentado no tópico acima, afetado também por uma melhora na margem de novas vendas.

Despesas com vendas

As despesas com vendas passaram de R\$755 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$797 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o que representou um aumento de R\$42 milhões, ou de 5,6%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em relação ao exercício anterior. Este aumento se deu principalmente em função do maior reconhecimento e premiação por esforços comerciais.

As despesas com vendas passaram de R\$662 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$755 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o que representou um aumento de R\$93 milhões, ou de 14,1%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em relação ao exercício anterior. Este aumento se deu principalmente em função do maior reconhecimento e premiação por esforços comerciais e investimento em publicidade e propaganda.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$653 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$678 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o que representou um aumento de R\$25 milhões, ou de 3,8%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em relação ao exercício anterior. Este aumento se deu principalmente em função de gastos com pessoal e contratação de consultorias

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$611 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$653 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o que representou um aumento de R\$43 milhões, ou de 7,0%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em relação ao exercício anterior. Este aumento se deu principalmente em função da provisão de participação nos lucros e resultados.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas passaram de uma receita de R\$124 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para uma despesa de R\$326 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o que representa um aumento de R\$202 milhões, ou de 162,6%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em relação ao exercício anterior. A variação deve-se principalmente a um menor volume de vendas de propriedade para investimento das subsidiárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve a venda dos empreendimentos/terrenos Old Cutler, Marvida Land, PGA e Hutto Square da controlada Resia e Luggo Leeds da Luggo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve a venda dos empreendimentos Pine Ridge e Biscayne Village da controlada Resia e Porto Aruba e Concept da Luggo.

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas passaram de uma receita de R\$427 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para uma despesa de R\$124 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o que representa a redução de R\$ 551 milhões, ou de 129,1%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em relação ao exercício anterior. A variação deve-se principalmente a um menor volume de vendas de propriedade para investimento das subsidiárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve a venda dos empreendimentos Pine Ridge e Biscayne Village da controlada Resia e Porto Aruba e Concept da Luggo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve a venda dos empreendimentos Coral Reef, Village at Tradition, Harbor Grove e Oak Enclave da controlada Resia e Florença Garden e Solar dos Campos da Luggo.

Resultado financeiro

Parte dos custos referentes aos encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures relacionados à construção de imóveis são capitalizados.

As despesas financeiras passaram de R\$467 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$1.265 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o que representou um aumento de R\$797 milhões, ou de 170,6%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em relação ao exercício anterior. Este aumento é reflexo, principalmente, do resultado de swap de ações e dívida e despesa financeiras das vendas de carteiras.

As despesas financeiras passaram de R\$594 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$467 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o que representou uma redução de R\$127 milhões, ou de 21,3%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em relação ao exercício anterior. Esta redução é reflexo, principalmente, do resultado de swap de ações e despesa financeiras das vendas de carteiras.

As receitas financeiras e receitas financeiras provenientes dos clientes por incorporação de imóveis passaram de R\$324 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para R\$497 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o que representou um aumento de R\$173 milhões, ou de 53,5%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em relação ao exercício anterior. A variação é reflexo, principalmente, do aumento da TIR em 30,9% (aumento de 27,1 p.p), produto de uma melhor alocação das aplicações financeiras da Companhia, e IPCA, principal índice de

correção monetária do contas a receber da Companhia.

As receitas financeiras e receitas financeiras provenientes dos clientes por incorporação de imóveis passaram de R\$357 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$324 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o que representou uma redução de R\$33 milhões, ou de 9,3%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em relação ao exercício anterior. A variação é reflexo, principalmente, da redução da TIR em 8,1% (redução de 7,9 p.p).

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos passou de uma receita de R\$55 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para uma despesa de R\$148 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma variação de R\$203 milhões, ou de 370,2%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A variação é explicada pelo registro, em 2023, do crédito tributário no montante de R\$188 milhões citado abaixo.

No exercício de 2023, a Companhia registrou ativo fiscal diferido no montante de R\$ 188 milhões de modo que a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social e o Lucro Líquido foram impactados positivamente nesse mesmo montante. A partir de 2021, em virtude do incremento nas operações da Resia e da Luggo, através da venda de propriedades, a Companhia passou a gerar lucros tributáveis que foram compensados com parcela dos prejuízos fiscais acumulados. O registro deste ativo fiscal diferido foi feito considerando a existência de histórico de compensação de prejuízos fiscais e a perspectiva de lucros futuros suficientes para realização da totalidade do prejuízo fiscal acumulado até o ano de 2022 em sua holding.

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos passou de uma despesa de R\$249 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para uma receita de R\$55 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o que representou uma variação de R\$304 milhões, ou de 122,1%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A variação é explicada pelo registro do crédito tributário no montante de R\$188 milhões citado acima e pela redução de despesa de imposto da controlada Resia no montante de R\$117 milhões.

Resultado do exercício

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi um prejuízo de R\$482 milhões e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de um prejuízo de R\$18 milhões, o que representou uma piora de R\$464 milhões, ou de 2.514,6%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em relação ao exercício anterior. Apesar da melhora do lucro operacional de R\$364 milhões, houve uma piora no resultado financeiro de R\$624 milhões e do imposto de renda e contribuição social de R\$203 milhões, que fez com que a Companhia atinja o resultado acima descrito.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi um prejuízo de R\$18 milhões e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de um prejuízo de R\$123 milhões, o que representou uma melhora de R\$105 milhões, ou de 85,1%, no exercício findo em 31 de

dezembro de 2023, em relação ao exercício anterior. Essa variação deve-se, principalmente, ao maior volume de vendas e a melhora na margem de novas vendas.

Principais variações das demonstrações dos fluxos de caixa

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2024	2023	2022	AH (2024 x 2023)	AH (2023 x 2022)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(400.705)	(823.922)	(301.206)	-51,4%	173,5%
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento	(885.170)	(1.703.627)	(1.538.737)	-48,0%	10,7%
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	1.232.010	2.223.800	1.611.330	-44,6%	38,0%
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes	61.661	(23.232)	14.433	-365,4%	-261,0%
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	7.796	(326.981)	(214.180)	-102,4%	52,7%

Análise do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com exercício social findo em 31 de dezembro de 2023

Atividades operacionais: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 o caixa líquido utilizado nas atividades operacionais foi R\$401 milhões, comparado com o caixa líquido utilizado nas atividades operacionais do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que foi de R\$824 milhões. A redução de R\$423 milhões no caixa utilizado está explicada substancialmente pelo ajuste ao lucro de maior despesa de swap de ações e dívida em R\$259 milhões e da despesa de IRPJ e CSLL diferidos em R\$229 milhões.

Atividades de investimento: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento foi R\$885 milhões, comparado com o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que foi de R\$1.704 milhões. A redução de R\$818 milhões no caixa utilizado está explicada substancialmente pelo maior volume de recebimento por venda de controladas / empreendimentos no valor de R\$305 milhões e pela menor aquisição de propriedade para investimento no montante de R\$542 milhões.

Atividades de financiamento: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 o caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi R\$1.232 milhões, comparado com o caixa líquido gerado nas atividades de financiamento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 que foi de R\$2.224 milhões. A redução de R\$992 milhões no caixa gerado está explicada substancialmente pelo recebimento pela emissão de ações no montante de R\$954 milhões devido ao follow-on ocorrido em julho de 2023.

Análise do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 comparado com exercício social findo em 31 de dezembro de 2022

Atividades operacionais: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 o caixa líquido utilizado nas atividades operacionais foi R\$824 milhões, comparado com o caixa líquido utilizado nas atividades operacionais do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que foi de R\$301 milhões. O aumento de R\$523 milhões no caixa utilizado está explicado substancialmente pelo maior financiamento de clientes em R\$1.093 milhões e contrapondo esse valor temos um maior volume de vendas (consumo de estoque) em R\$580 milhões.

Atividades de investimento: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento foi R\$1.704 milhões, comparado com o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que foi de R\$ 1.539 milhões. O aumento de R\$165 milhões no caixa utilizado está explicado substancialmente pelo aumento líquido de títulos e valores mobiliários no montante de R\$398 milhões, um menor volume de recebimento por venda de controladas / empreendimentos no valor de R\$1.298 milhões e contrapondo esses valores temos uma menor aquisição de propriedade para investimento no montante de R\$1.398 de imobilizado e intangível no montante de R\$137 milhões.

Atividades de financiamento: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 o caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi R\$2.224 milhões, comparado com o caixa líquido gerado nas atividades de financiamento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 em que o foi R\$1.611 milhões. O aumento de R\$612 milhões no caixa gerado está explicado substancialmente pelo recebimento pela emissão de ações no montante de R\$954 milhões devido ao follow on ocorrido em julho de 2023, o recebimento líquido da venda de carteira no montante de R\$1.141 milhões e contrapondo esses valores temos menor captação líquida de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$1.193 milhões e maior pagamento de instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$306 milhões.

2.2. a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia decorrem, principalmente, da incorporação, construção e venda de imóveis e inclui os valores provenientes das unidades vendidas dos empreendimentos da MRV.

A receita operacional da MRV é apropriada ao resultado pelo método de percentual de conclusão de cada obra, líquida de descontos e rescisões, conforme as práticas contábeis vigentes no Brasil.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os últimos dois anos foram marcados por um contexto macroeconômico de controle na piora das expectativas inflacionárias, herdada de anos anteriores em um contexto de disfunção na cadeia de suprimentos global, conflitos geopolíticos e maior propensão dos governantes em elevar gastos estatais para amplificar a performance econômica.

Diante deste contexto, nos anos de 2023 e 2024, presenciamos uma brusca elevação nas taxas de juros no Brasil impactando diretamente o resultado financeiro das empresas, mediante custos de novas emissões de dívidas mais elevados e, conseqüentemente maiores despesas financeiras transitando nos resultados das empresas.

Para mitigar esses impactos e fortalecer sua estrutura financeira, a Companhia tem adotado estratégias que melhoram a eficiência da operação e potencializam a geração de caixa. Entre as principais iniciativas, destacam-se a saída de algumas praças de atuação, priorizando mercados mais rentáveis, e a aquisição de terrenos majoritariamente via permuta, reduzindo a necessidade de desembolso de caixa e contribuindo para uma estrutura de capital mais equilibrada.

Essas ações visam reduzir a alavancagem e simplificar a operação, garantindo maior solidez financeira. Além disso, a Companhia tem ajustado sua estratégia de precificação para compensar pressões inflacionárias, pois seu modelo de negócios, no qual o valor de venda é fixado no momento do repasse ao banco financiador, expõe a Margem Bruta à variação dos custos. Como os empreendimentos levam, em média, 24 meses para serem concluídos e os custos e receitas são contabilizados pelo percentual de conclusão (POC), a reprecificação contínua tem sido fundamental para a manutenção da rentabilidade. O Governo Federal retomou, em fevereiro de 2023, a maior política habitacional da história do Brasil, o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) que funciona como facilitador para que famílias brasileiras de baixa renda tenham acesso à moradia. Dentro do programa, existem diferentes faixas de renda que determinam tanto o valor do subsídio quanto as condições do financiamento imobiliário, garantindo que as famílias de baixa renda recebam maior suporte. Em 2024, as faixas 1 e 2 do programa tiveram seus limites de renda aumentados, ampliando o número de beneficiários que podem se enquadrar nessas categorias, proporcionando melhores condições de moradia para uma parcela maior da população.

Outra mudança ocorrida nas regras do MCMV foi a redução do valor máximo permitido a ser financiado para aquisição de imóveis usados, passando de R\$ 350 mil para R\$ 270 mil. Essa medida, além de beneficiar as construtoras participantes do programa ao direcionar a demanda para imóveis novos, estimula a construção civil, gerando empregos e movimentando a economia, e possibilita que os beneficiários adquiram habitações com melhores padrões de qualidade e infraestrutura atualizada. Além disso, em 2024, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou o novo FGTS Futuro — uma nova modalidade de crédito habitacional atrelada ao benefício do fundo dado aos trabalhadores. A medida prevê que, as famílias enquadradas na Faixa 1, utilizem os créditos futuros de sua conta vinculada no FGTS para suprirem a capacidade de financiamento. Essas mudanças no programa MCMV, somadas aos diversos subsídios regionais que vem sendo concedidos em alguns estados do Brasil, melhoram o *affordability* dos clientes e representam uma potencial melhora nos resultados

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2024, o preço médio de venda por unidade da MRV Incorporação foi 7,14% superior ao preço médio do trimestre findo em 31 de dezembro de 2023. A variação pode ser explicada pelo aumento do preço unitário e mix de vendas com produtos de maior padrão.

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2023, o preço médio de venda por unidade da MRV Incorporação foi 21,32% superior ao preço médio do trimestre findo em 31 de dezembro de 2022. A variação pode ser explicada pela estratégia de aumento de preços implementada pela companhia, como forma de compensar a inflação nos custos de produção observados pelo setor. Além dos impactos oriundos da inflação nos recebíveis da Companhia, a Diretoria indica que as condições de mercado exercem relevante impacto podendo levar a alterações no volume e preço de vendas dos novos projetos e gerar variações significativas das receitas da Companhia. Adicionalmente, o volume de unidades produzidas no ano pode provocar variações relevantes no reconhecimento de receita.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Na avaliação da Diretoria, as variações nas taxas de juros e inflação afetam o mercado imobiliário na medida em que impactam a atividade econômica, o consumo e o investimento. Além disso, a evolução relativa dos índices de inflação, especialmente o INCC que em geral indexa os custos de construção, pode afetar a rentabilidade da atividade de incorporação imobiliária.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI) aumentou de 3,49% em 2023 para 6,54% em 2024. Apesar desse aumento, a Companhia manteve sua estratégia de perseguir maior eficiência de custos, redução do tamanho da operação e reprecificação na sua linha de produtos, permitindo que o impacto da inflação sobre sua estrutura operacional fosse mitigado, conforme mencionado no subitem “a” dessa seção.

Além disso, o período foi marcado por uma expressiva elevação das taxas de juros no Brasil, o que afetou diretamente o custo do capital e o resultado financeiro das empresas do setor. Diante desse cenário, a Companhia tem buscado a redução da alavancagem financeira adotando estratégias que direcionam para uma estrutura de capital mais equilibrada, conforme mencionadas no subitem “a” dessa seção. Após a aquisição da Resia (antiga AHS) em 31/01/2020, através do voto favorável dos acionistas minoritários, a Companhia passou a estar suscetível aos impactos da variação de câmbio em seus resultados.

2.3. a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia alterou sua prática contábil de alocação de “Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures” na Demonstração dos Fluxos de Caixa, antes classificados como “Atividades operacionais” passando para “Atividades de financiamento”, por entender que a natureza destes juros passaram a ser mais aderentes a esse grupo de atividades e em conformidade com as disposições do CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Ênfases

Foram inseridas ênfases nos relatórios dos auditores independentes da Companhia nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e de 2022, indicado abaixo:

31 de dezembro de 2024

Ofício circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

31 de dezembro de 2023

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2023, os valores correspondentes referentes às demonstrações dos fluxos de caixa do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ofício circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação do NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

31 de dezembro de 2022

“Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir as correções relacionadas ao desconhecimento de ativos financeiros relativos à emissão de Certificados de

Recebíveis Imobiliários (CRI) realizada em julho de 2021 e reconhecimento de ativo de retrocessão e outros ativos, cuja transação não atendia os requisitos para desreconhecimento de um ativo financeiro nos termos do IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros, considerando que a Companhia reteve substancialmente os riscos e benefícios do ativo. Em 08 de março de 2023 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

Ofício circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação do NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.”

Comentários da Administração sobre as ênfases acima mencionadas pelo auditor

Com relação aos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, a Administração entende que as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária, registradas na CVM. Os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da Companhia, alinhado a aquele manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/n.º 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 / IFRS 15. As demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade por considerarem a capitalização de juros sobre os ativos qualificáveis das investidas. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

MRL Engenharia e Empreendimentos S.A. (MRL)

Em fevereiro de 2021, a Companhia adquiriu participação societária adicional nesta controlada em conjunto atingindo 73,56% pelo valor de R\$62.868 representando 70.796.496 ações, sem configurar obtenção de controle. Os ativos líquidos da MRL foram avaliados a valor justo, desta forma, a transação gerou mais-valia de R\$26.132 e ágio adicional ao anteriormente registrado de R\$24.925. Da contraprestação transferida R\$21.171 (R\$18.813 líquidos de AVP), registrados na rubrica “contas a pagar por aquisição de investimento”, R\$7.057 foram pagos em maio de 2022, R\$7.057 foram baixados em dezembro de 2024 em contraposição ao ágio registrado e R\$7.057 serão pagos em maio de 2028. Adicionalmente, na mesma data assinou acordo de compra de ações a termo por R\$33.591 (R\$32.574 líquidos de AVP) representando 44.778.181 ações, registrados na rubrica “outros passivos” e sua contrapartida em “outros ativos” no não circulante, sendo R\$3.206 pagos em maio de 2022, R\$3.206 pagos em maio de 2023, R\$3.206 pagos em maio de 2024, todos representando 14.442.164 ações, R\$23.973 a serem pagos em maio de 2028, podendo a sua liquidação ser menor, uma vez que dependem da performance financeira da MRL. Em virtude de tais pagamentos, a Companhia alcançou participação de 83,66%. Estas transações geraram mais-valia de R\$6.521 e estorno do ágio anteriormente registrado de R\$13.893, devido à sua liquidação ter sido menor que o esperado, em função da performance financeira da MRL e outros ativos de R\$3.206. O ágio é testado por impairment conforme requerido pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36).A Companhia possuía 83,66% de participação na MRL em 31 de dezembro de 2024, 82,7% em 31 de dezembro de 2023 e 78,4% em 31 de dezembro de 2022.

Prime Incorporações e Construções S.A. (Prime)

Em dezembro de 2021, a Companhia assinou acordo de compra de ações a termo para aquisição da totalidade de participação nas quotas da Prime Incorporações e Construções S.A., em 04 entregas anuais de 2022 a 2025, sendo a primeira entrega em 30 de abril de 2022. Nesta primeira entrega de 1.535.620 ações equivalentes a 10,79% da participação, a Companhia desembolsou R\$36.021 atingindo participação de 68,67%, sem configurar obtenção de controle. Adicionalmente, no contexto deste acordo, pelo restante da participação adquirida representada por 4.882.660 ações, a Companhia registrou R\$44.741 (R\$34.348 líquidos de AVP) na rubrica “outros passivos” e sua contrapartida em “outros ativos” no não circulante, sendo R\$14.414 pagos em maio de 2023, R\$1.152 pagos em maio de 2024 e R\$29.175 a ser pago em junho de 2029, podendo a sua liquidação ser menor, uma vez que dependem da performance financeira da Prime. Em virtude de tais

pagamentos, a Companhia alcançou participação de 78,35%. Os ativos líquidos da Prime foram avaliados a valor justo, desta forma, as transações geraram mais-valia de R\$6.833, ágio de R\$17.933 e outros ativos de R\$11.089. Da contraprestação transferida de R\$36.021, R\$34.256 foram pagos à vista e R\$1.765 serão pagos ao final da transação e estão registrados na rubrica “contas a pagar por aquisição de investimento”. O ágio é testado por impairment conforme requerido pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36). A Companhia possuía 78,35% de participação na Prime em 31 de dezembro de 2024, 78,3% em 31 de dezembro de 2023 e 68,7% em 31 de dezembro de 2022.

Urba Desenvolvimento Urbano S.A (Urba)

A Urba foi constituída em julho de 2012 pela MRV, com participação de 60% do capital social. Em 2018, mediante deliberação em assembleia, a Urba realizou subscrição de capital social. Porém, em virtude de decisão estratégica da Companhia, a MRV não executou a subscrição, diluindo assim sua participação acionária para 52,07% do capital social. Em 2020 a Companhia teve uma nova diluição, encerrando o ano com 51,44% do capital social. Em 2021, a participação da MRV na Urba passou para 51,54%. Encerramos 2022 com uma participação 51,20%, o ano 2023 com 53,55% e 2024 com 54,55%

Resia

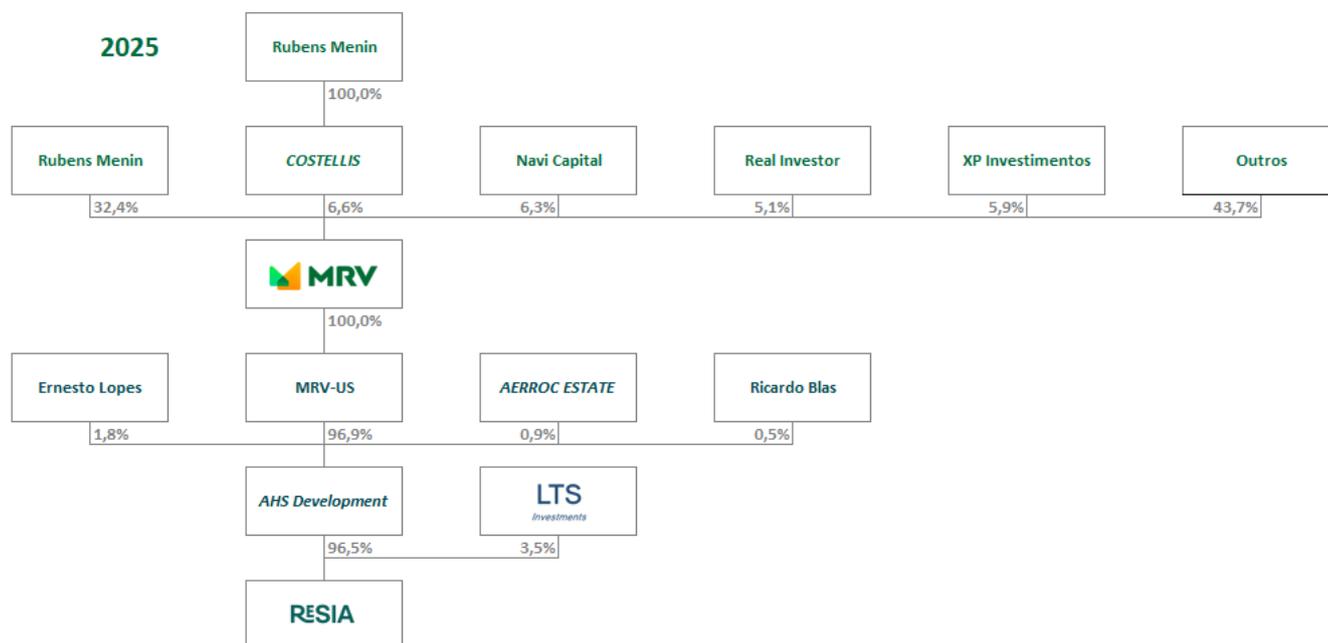
A MDI Desenvolvimento Imobiliário Ltda (MDI) era uma sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.290.592/0001-40, constituída em 1º de julho de 2009. Em 23 de dezembro de 2019, a sociedade passou a deter investimento na empresa AHS Development Group LLC (AHS Development) e conseqüentemente na Resia, após aporte de seu novo sócio.

Em 31/01/2020, através do voto favorável dos acionistas minoritários, a MRV Engenharia e Participações S.A. (Companhia) realizou a incorporação da MDI. Os acionistas controladores se abstiveram da votação. Nesta mesma data, foi realizada a transferência do investimento na AHS Development (após incorporação da MDI) para sua subsidiária integral MRV US Holdings Corporation (MRV US), domiciliada em Delaware, Estados Unidos. A MRV US, portanto, passou a deter participação indireta de 94,6% na AHS Development.

Em fevereiro de 2020 a MRV US aumentou a sua participação na AHS Development para 95,7%, utilizando como capital uma dívida emitida pela MRV US e avalizada pela MRV, no montante de US\$47 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, a MRV US finalizou com participação de 96,1% na AHS Development.

A AHS Development é uma holding domiciliada nos Estados Unidos que em 31/01/2020, data da incorporação da MDI detinha 94,5% de participação na Resia, sociedade de responsabilidade limitada domiciliada na Flórida nos Estados Unidos, que atua no segmento de construção e aluguel de unidades imobiliárias. A participação ao final de 2020 da AHS Development na Resia era de 95,6%. Em 2021, 2022 e 2023 a participação da AHS Development na Resia era de 96,5%.

Segue abaixo a estrutura societária atualizada no dia 31 de Janeiro de 2025.



c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais além das descritas nos itens acima nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

(em milhões de reais, exceto percentuais)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
			(reapresentado)
EBITDA	605	203	539
EBITDA Ajustado	906	463	822
Margem EBITDA	6,72%	2,74%	8,11%
Margem EBITDA Ajustado	10,06%	6,23%	12,40%
Dívida Líquida	6.159	5.045	4.537
Alavancagem	82,45%	66,69%	69,01%

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), sigla em inglês para

denominar o LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro (corrente e diferido), Depreciação e Amortização), é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“[Resolução CVM 156](#)”), e em conformidade com o Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025, de 27 de fevereiro de 2025, e consiste no lucro líquido (prejuízo) do período/exercício acrescido pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (corrente e diferido) e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA calculado pela Companhia, conforme descrição acima, ajustado pelos encargos financeiros sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures, os quais são capitalizados aos imóveis em construção e estoques de terrenos e são apropriados aos custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados em decorrência da venda. Estão inclusos, também, os juros capitalizados das propriedades para investimentos que são apropriados na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais quando da sua alienação.

A Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita operacional líquida. A Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“[BR GAAP](#)”) nem pelo IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo), como indicadores do desempenho operacional, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis às medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta é calculada como soma (i) de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), (ii) empréstimos, financiamentos e debêntures – ativos mantidos para venda. A Dívida Líquida é calculada, considerando a Dívida Bruta subtraída de Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários circulante e não circulante. A Companhia utiliza a Dívida Líquida como um indicador para medir a capacidade de pagamento do seu endividamento com terceiros com a utilização de recursos próprios.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de liquidez ou endividamento definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS), não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Bruta e sua Dívida Líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Alavancagem

A alavancagem é calculada como o quociente da Dívida Líquida pelo total do patrimônio líquido da Companhia. A Alavancagem não é uma medida de liquidez ou endividamento definida pela prática contábil adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não possui significado padrão e não deve ser considerado como substituto do fluxo de caixa. Outras companhias podem calcular a sua

Alavancagem de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado para os períodos/exercícios indicados:

(em milhões de reais, exceto percentuais)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022 (reapresentado)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período/ Exercício	-482	-18	-123
(+/-) Resultado financeiro	767	143	237
(+/-) Imposto de Renda e contribuição social corrente e diferido	148	-55	249
(+) Depreciação e amortização	172	133	176
EBITDA	605	203	539
(+) Encargos Financeiros ⁽¹⁾	301	260	283
EBITDA Ajustado	906	463	822
Receita operacional líquida	9.009	7.430	6.645
Margem EBITDA	6,72%	2,74%	8,11%
Margem EBITDA Ajustado	10,06%	6,23%	12,40%

(1) Os encargos financeiros sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures são capitalizados aos imóveis em construção e estoques de terrenos e são apropriados aos custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados em decorrência da venda. Estão inclusos, também, os juros capitalizados das propriedades para investimentos que são apropriados na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais quando da sua alienação.

Dívida Líquida

A tabela abaixo demonstra a reconciliação dos saldos de Dívida Líquida divulgados pela Companhia nas datas indicadas:

(Em milhões de Reais)	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante)	3.178	1.366	1.148
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures (não circulante)	6.603	6.482	6.281
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures - ativos não circulantes mantidos para venda	508	480	0
(=) Dívida Bruta	10.288	8.327	7.429
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-415	-407	-734
(-) Títulos e valores mobiliários (circulante)	(3.325)	(2.331)	(1.784)
(-) Títulos e valores mobiliários (não circulante)	(390)	(545)	(374)
(=) Dívida Líquida	6.159	5.045	4.537

Alavancagem

A tabela a seguir apresenta a reconciliação da alavancagem nas datas abaixo indicadas:

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Dívida Líquida	6.159	5.045	4.537
Total do Patrimônio Líquido	7.470	7.565	6.574
Alavancagem	82,45%	66,69%	69,01%

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) do período/exercício acrescido das despesas com imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro e pelas despesas com depreciação e amortização. Já o EBITDA Ajustado consiste no EBITDA supracitado ajustado pelos custos dos encargos financeiros apropriados ao resultado, que se referem aos custos dos juros capitalizados e que passam pelo resultado apenas no momento da venda das unidades. Estão inclusos, também, os juros capitalizados das propriedades para investimentos que são apropriados na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais quando da sua alienação.

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida. A Margem EBITDA Ajustada é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas contábeis em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelo IFRS e não representam os fluxos de caixa dos períodos/exercícios apresentados, não se tratando, portanto, de uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa, como indicadores do desempenho operacional, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. A Companhia utiliza o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras empresas devido a diferentes metodologias de cálculo ou devido a itens que podem ser objeto de interpretação. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado instituído pela Resolução CVM 156.

Dívida Bruta

A Dívida Bruta é calculada como soma (i) de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), (ii) empréstimos, financiamentos e debêntures – ativos mantidos para venda. A Dívida Bruta é utilizada para o cálculo da Dívida Líquida.

A Companhia entende que é uma métrica apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e suas obrigações financeiras de curto e longo da Companhia.

Dívida Líquida e Alavancagem

A Companhia utiliza a Dívida Líquida e Alavancagem como indicadores para medir a capacidade de pagamento do seu endividamento com terceiros com a utilização de recursos próprios, porém considerando os efeitos dos instrumentos derivativos contratados para proteção patrimonial.

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Alavancagem não são medidas de liquidez ou endividamento definidas pela prática contábil adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), não possuem significado padrão e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa. Outras companhias podem calcular a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Alavancagem de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Com relação às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não houve evento subsequente.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais

Período (R\$ mil)	2024	2023	2022
a. Regras sobre retenção de lucros	Devido ao prejuízo consolidado de R\$482.097 apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, absorvido pela reserva de lucro, não houve orçamento de capital.	Devido ao prejuízo consolidado de R\$18.439 apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, absorvido pela reserva de lucro, não houve orçamento de capital.	Devido ao prejuízo consolidado de R\$123.463 apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, absorvido pela reserva de lucro, não houve orçamento de capital.
a.i. Valores das retenções de lucros de acordo com Orçamento de Capital	Absorção de prejuízo R\$503.202	Absorção de prejuízo R\$29.815	Absorção de prejuízo: R\$176.648
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Prejuízo: R\$482.097 Percentual: - Percentual Reserva legal: -	Prejuízo: R\$18.439 Percentual: - Percentual Reserva legal: -	Prejuízo: R\$123.463 Percentual: - Percentual Reserva legal: -
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedade por Ações.		

c. Períodicidade das distribuições de dividendos	Não se aplica. Além disso, de acordo com o Estatuto da Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
d. Restrições à distribuição de dividendos	De acordo com o artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações, o dividendo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia. Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.
e. Política de Destinação de resultados	Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 25 de março de 2022, foi aprovada a Política de Destinação de Resultados da Companhia em consonância com o seu Estatuto Social. Referida política encontra-se disponível no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.mrv.com.br/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas).

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não estejam refletidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

iii. contratos de construção não terminada

As receitas de vendas que são apropriadas ao resultado utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento – *POC (Percentage of Completion Method)*. Tal percentual é mensurado pelo custo total orçado dos respectivos empreendimentos. Em decorrência desta prática contábil, ao final de cada período, a Companhia possui saldos de “*Receita bruta de vendas a apropriar*”, relativas a transações de vendas de imóveis já contratadas, referentes a imóveis não

concluídos, as quais estão divulgadas nas notas explicativas que são parte integrante das informações financeiras trimestrais e das demonstrações financeiras da Companhia. Abaixo apresentações os saldos de “*Receita bruta de vendas a apropriar*” nos respectivos períodos e exercícios.

Consolidado (em R\$ mil)	31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Receita bruta de vendas a apropriar	4.314.182	2.664.594	1.552.050
Custo a incorrer	(2.490.991)	(1.606.678)	(1.015.903)

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui contratos de recebimento futuros de financiamento que não estejam refletidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Contratos que contêm cláusula suspensiva permanecem "off balance" devido ao caráter condicional e não definitivo dessas obrigações. A cláusula suspensiva estabelece uma condição que deve ser atendida para que os efeitos do contrato se concretizem, ou seja, a execução ou o cumprimento das obrigações contratuais está condicionado à realização de um evento futuro incerto. Enquanto a condição suspensiva não for cumprida, não há a constituição definitiva de direitos ou deveres que possam ser reconhecidos contabilmente. Nesse contexto, o Grupo adquire terrenos onde o Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda possui cláusulas suspensivas e somente após a verificação e cumprimento de tais condições, o terreno será devidamente escriturado, e o Grupo passará a reconhecer as obrigações relacionadas à área, adquirindo a posse e a propriedade do terreno. Isso implica no reconhecimento contábil do ativo correspondente e das respectivas obrigações, refletindo adequadamente no balanço patrimonial do Grupo. Abaixo apresentamos os saldos nos respectivos períodos e exercícios.

Consolidado (em R\$ mil)	31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Contratos de compra de terrenos	2.596.618	2.441.704	1.788.787

2.9. Em relação a cada um dos itens não divulgados nas demonstrações financeiras, conforme indicado no item 2.8, os diretores devem comentar sobre:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As receitas brutas de vendas a apropriar afetarão a receita operacional à medida da evolução das obras dos empreendimentos. A Companhia utiliza o método contábil *POC (Percentage of*

Completion Method), no qual as receitas de vendas são apropriadas ao resultado utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento. Tal percentual é mensurado pelo custo total orçado dos respectivos empreendimentos. Em decorrência desta prática contábil, ao final de cada período, a Companhia possui saldos de “*Receita bruta de vendas a apropriar*”, relativas a transações de vendas de imóveis já contratadas, referentes a imóveis não concluídos, as quais estão divulgadas nas notas explicativas que são parte integrante das informações financeiras trimestrais e das demonstrações financeiras da Companhia.

b. natureza e o propósito da operação

As operações mencionadas acima fazem parte do curso normal dos nossos negócios da Companhia e têm o propósito de manter a Companhia ativa.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os itens e montantes estão descritos no item 2.8 (a) (iii) e (b) deste Formulário de Referência.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 foram investidos respectivamente R\$ 267,2 milhões, R\$227,1 milhões e R\$364,0 milhões em ativo imobilizado e intangível, destinados principalmente para a aquisição de fôrmas de alumínio, além da construção de stands de vendas, aquisição de licenças de uso de software e marcas.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

O financiamento dos investimentos da Companhia em ativo imobilizado e intangível vem sendo realizados, predominantemente, através de recursos de terceiros.

As principais fontes de financiamento de terceiros utilizada são as linhas de financiamento de mercado de capitais, tais como debêntures e CRIs, financiamento à produção no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), em menor escala, as linhas de financiamento FINAME e Leasing e outros instrumentos financeiros, como emissão de CCB e securitização de recebíveis imobiliários, bem como outras fontes de financiamentos disponíveis no mercado.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em dezembro de 2024, a Resia anunciou ao mercado o seu novo Plano Estratégico visando se adequar à atual conjuntura econômica. A nova estratégia reflete uma visão mais conservadora da

Companhia com foco na desalavancagem e redução de risco, em um momento macroeconômico mais desafiador. As mudanças têm como foco simplificar a operação, liberar capital e fortalecer a geração de caixa. Entre as ações previstas para os próximos anos, destacam-se a venda dos projetos prontos e em construção, ao longo dos próximos 24 meses e a liquidação de 60% do landbank, com expectativa de valor de venda total em torno de US\$ 800 milhões até o final de 2026.

A Resia, já em 2024, iniciou a execução da nova estratégia. No dia 18/12, foi concluída a venda do terreno Marvida, localizado no Texas, pelo Valor Geral de Venda (“VGV”) de US\$ 7,5 milhões. Ainda no Texas, o empreendimento Hutto Square teve sua venda concluída no dia 27/12 pelo VGV de US\$ 39 milhões e contribuindo em US\$ 37 milhões para a Geração de Caixa do período.

PLANO DE DESINVESTIMENTO E DESALAVANCAGEM (2025-2026)



b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Até a presente data, não foi divulgada nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influenciem significativamente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável. A Companhia não possui pesquisas em andamento já divulgadas.

ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, vide item (i) acima.

iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, pois não há o desenvolvimento de novos produtos e serviços, que tenham sido anteriormente divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável. Os produtos da MRV, em via de regra, não dependem de esforços ou investimentos adicionais para seu desenvolvimento, bastando a adaptação dos projetos arquitetônicos e especificação de acabamentos para o desenvolvimento dos projetos.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Consciente do seu papel na sociedade, a MRV participa ativamente de fóruns e discussões internacionais a fim de motivar e destacar sua participação e do seu setor de desenvolvimento sustentável e na responsabilidade social. A Companhia atua diretamente em parceria com instituições através da participação em grupos voltados para energia, mudanças climáticas, direitos humanos, integridade e compliance e ODS, temas que fazem parte de suas ações no dia a dia. Abaixo, alguns compromissos voluntários dos quais a MRV é signatária:

Ambiental - **Pacto Global:** Implementar os 10 Princípios do Pacto Global, relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ao meio ambiente e combate à corrupção em todas as suas formas.

Princípios Orientadores Direitos Humanos da ONU: Respeitar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente e atuar preventivamente para evitar a violação dos direitos de outros em alinhamento com os Princípios Orientadores das Nações Unidas para Negócios (UNGP), desenvolvidos por John Ruggie.

Programa Global de Sustentabilidade – CDP

- **CDP Investor:** Fornecer informações sobre riscos climáticos e oportunidades de baixo carbono e gestão de emissões de Carbono para investidores.
- **CDP Supply Chain:** Incentivar a transparência e engajar a cadeia de fornecedores para enfrentar os riscos climáticos, florestais e hídricos, aproveitar as oportunidades e garantir a continuidade dos negócios
- **CDP Water Program – Recursos Hídricos:** Fornecer informações sobre riscos hídricos e gestão estratégica para investidores.
- **CDP Forest Program – Florestas:** O CDP trabalha com empresas e investidores para gerenciar este risco e seguir frente com a transição para uma economia de baixo carbono

Instituto Ethos: O Instituto Ethos é uma OsciP cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável

Social - A companhia tem por objetivo fazer contribuições para a comunidade, levando assim, desenvolvimento sustentável para as regiões:

Instituto MRV: Desde 2014, o Instituto MRV é movido pelo poder da educação e inspirado pelos

sonhos dos nossos realizadores do futuro: crianças e jovens que querem viver em um mundo melhor. Nesse período, mais de 2,8 milhões de vidas foram impactadas, direta e indiretamente, pelas iniciativas promovidas pelo Instituto. A forte conexão entre Instituto, a marca MRV e a responsabilidade social materializa a integração eficaz da sustentabilidade aos objetivos da MRV&Co.

Biblioteca Viva (Ribeirão das Neves – MG): Iniciativa que visa, por meio de técnicas criativas e embasamento pedagógico, estimular a leitura e a realização de atividades que mantenham a biblioteca sempre ativa.

Escola Nota 10 (Nacional): Visa promover desenvolvimento educacional e profissional nos canteiros de obra da MRV. O programa foi pensado para os colaboradores dos canteiros e, também para os vizinhos dos empreendimentos MRV. O Programa, em mais de 10 anos, já formou mais de 4.800 alunos em todo o Brasil, contribuindo para sua qualificação e para o exercício de sua cidadania.

Governança - A MRV está listada no segmento Novo Mercado da B3, que estabelece o mais alto nível de governança corporativa do mercado de capitais. Além disso, a Companhia integra o ISE da B3 há 9 anos consecutivos sendo a primeira construtora e incorporadora a integrar o índice. O objetivo do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) é reconhecer a performance das empresas que estão listadas na B3 e suas práticas em governança corporativa, sustentabilidade ambiental e responsabilidade social.

Transparência 100%: Trata-se da primeira iniciativa de fomento à transparência corporativa no Brasil, mobilizando empresas no combate à corrupção para alcançar os ODS da Agenda 2030. A MRV foi pioneira na adesão desde 2022 e é uma embaixadora do Movimento, assumindo posições de referência.

Selo Pró-ética Iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) em parceria com o Instituto Ethos, é o maior reconhecimento à integridade e à ética no meio corporativo. A MRV recebeu o selo Pró-Ética 2020-2021 e renovou no período 2022-2023, com nota 71.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 2.

ANEXO II – Proposta de Destinação dos Resultados

Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme Anexo A da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022.

Conforme decisão do Colegiado de 27.09.2011 (Processo CVM nº RJ2010/14687), as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício não são obrigadas a apresentar as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81.

Nesse sentido a Companhia esclarece que o referido Anexo A da Resolução CVM 81 não será apresentado em razão da apuração de prejuízo no exercício social de 2024.

ANEXO III – Remuneração dos Administradores (Item 8 do Formulário de Referência)

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Política de Remuneração dos Administradores (“Política de Remuneração”) da MRV foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 23 de abril de 2021, com o objetivo de definir os critérios para fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, membros dos Comitês e Diretores Estatutários da Companhia, assegurando que seja estruturada de forma transparente, justa e compatível com as funções e os riscos inerentes aos cargos, em linha com os interesses de longo prazo da Companhia e com as melhores práticas de mercado.

Conselho de Administração:

A prática de remuneração de conselheiros da Companhia inclui uma remuneração mensal fixa a título de pró-labore, balizada nas práticas de mercado e visando reconhecer o valor dos conselheiros, interna e externamente. Os membros do Conselho de Administração poderão, ainda, receber benefícios, conforme recomendação do Comitê de Pessoas, e aprovação do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração e o seu Vice-Presidente, por possuírem atribuições executivas poderão receber remuneração fixa diferenciada. Os membros do Conselho de Administração eleitos para atuarem também como membros dos Comitês Estatutários da Companhia receberão um valor adicional por comitê que compõe a remuneração fixa.

Também foram outorgadas opções de compra de ações de emissão da Companhia, para serem exercidas nos prazos e nas condições estipuladas no Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados da Companhia.

Diretoria estatutária:

A remuneração dos diretores estatutários é determinada de acordo com (i) as funções e responsabilidades de cada um e em relação a outros executivos da indústria de construção imobiliária, e (ii) o desempenho coletivo da equipe de gestão executiva para atingir o objetivo da MRV de aumentar o valor de ações da Companhia.

É celebrado um Contrato de Administração com cada diretor estatutário, que prevê, além da remuneração mensal fixa, paga a título de pró-labore, uma remuneração variável atrelada ao desempenho do administrador e condicionada ao cumprimento de determinadas metas da área. Ainda, foram outorgadas opções de compra de ações de emissão da Companhia, para serem

exercidas nos prazos e nas condições estipuladas Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados da Companhia (conforme definido no item 8.4 deste Formulário de Referência).

Assim, a prática de remuneração dos diretores estatutários inclui: (i) remuneração-base e remuneração variável, relacionada com metas de acordo com a posição e a área do administrador; (ii) remuneração indireta, representada pelos benefícios indicados no item c, seção b, abaixo; e (iii) remuneração baseada em ações, decorrente das opções outorgadas no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Companhia. Esta prática concilia objetivos de curto, médio e longo prazo.

Diretoria não estatutária:

A remuneração dos membros da diretoria não estatutária é baseada nas práticas de mercado, sendo atrelada aos resultados da Companhia. A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração da Diretoria é estabelecida segundo a legislação existente. Todos são contratados em regime CLT, objetivando a busca de resultados no aferimento da remuneração de cada diretor. Adicionalmente, os membros da Diretoria possuem remuneração baseada em ações, conferida no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados da Companhia.

Comitês:

Os membros dos comitês de assessoramento ao conselho de administração passaram a receber remuneração em 2017.

A prática de remuneração da MRV considera três perspectivas inter-relacionadas:

- i. Perspectiva do empregador: promover o conhecimento, as competências e os comportamentos necessários para o sucesso do negócio;
- ii. Perspectiva do empregado: a remuneração é uma parte de uma proposta de valor atrativa que ele entende e apoia; e
- iii. Perspectiva de custos: os custos de remuneração são sustentáveis e não comprometem outros investimentos.

Para mais informações, leia a íntegra da Política de Remuneração da MRV, disponível no site de RI da Companhia (ri.mrv.com.br) e no site da CVM (gov.br/cvm).

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Comitê de Pessoas é responsável pela análise das políticas e programas de remuneração dos Administradores. Em consonância com o artigo n.º 152 da Lei das Sociedades por Ações e artigo n.º 14 do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral Ordinária deverá deliberar e fixar o montante global da remuneração dos Administradores, abrangendo benefícios de toda natureza, conforme previsto na Proposta da Administração. Uma vez aprovada pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração deverá deliberar acerca da distribuição do montante global anual da remuneração, baseando-se na recomendação do Comitê de Pessoas. A fim de evitar conflito de interesses, na deliberação referente à aprovação da Proposta de Remuneração, deverão abster-se de votar os acionistas que forem também Administradores da Companhia.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os reajustes levam em consideração pesquisas de mercado realizadas por consultoria de renome com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil. Com base em tais levantamentos, os reajustes são analisados pelo Comitê de Pessoas e considerados no cálculo montante global anual da remuneração submetido para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Uma vez aprovada pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração deverá deliberar acerca da distribuição do montante global anual da remuneração, baseando-se na recomendação do Comitê de Pessoas. A fim de evitar conflito de interesses, na deliberação referente à aprovação da Proposta de Remuneração, deverão abster-se de votar os acionistas que forem também Administradores da Companhia.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

i) Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

a. *Remuneração fixa:* salário base (conselho de administração, diretoria estatutária e não estatutária). Objetivo: reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (Companhia) e externamente (mercado);

b. *Incentivos de curto prazo*: até o ano de 2019, a Companhia realizou o pagamento de participação nos lucros (presidente do Conselho de Administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária). Objetivo: premiar o alcance e superação de metas da Companhia, área e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e concorrência. A partir de 2020, a Companhia não adotará incentivos de curto prazo para o Conselho de Administração, mantendo este formato apenas para a diretoria estatutária e para a diretoria não estatutária;

c. *Benefícios*: seguro de vida, assistência médica (diretoria estatutária e diretoria não estatutária) e plano de previdência (conselho de administração, diretoria estatutária e não estatutária). Objetivo: complementar benefícios da assistência social e complementar a aposentadoria;

d. *Incentivos de longo prazo*: plano de opções de compra de ações (presidente do Conselho de Administração, diretoria estatutária e não estatutária). Objetivo: reforçar a retenção dos funcionários e alinhar interesses com acionistas na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo; e

e. *Remuneração pós-emprego*: Corresponde ao plano de previdência privada e, assim como os benefícios, tem o objetivo de complementar a assistência privada e complementar a aposentadoria.

Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais:

Conselho Adm			
	2022	2023	2024
Salário ou pró-labore (Remuneração Base)	73,3%	71,9%	73,0%
Remuneração comitês	10,1%	10,4%	11,4%
Participação de resultados (Remuneração Variável)	-	-	-
Benefícios	1,0%	1,0%	1,3%
Remuneração baseada em ações	12,6%	13,5%	11,5%
Remuneração pós-emprego	2,9%	3,2%	2,8%
Diretoria Estatutária			
	2022	2023	2024
Salário ou pró-labore (Remuneração Base)	51,5%	39,3%	40,1%
Participação de resultados (Remuneração Variável)	0,0%	29,2%	32,9%
Benefícios	1,9%	0,6%	2,2%
Remuneração baseada em ações	44,7%	29,2%	23,1%
Remuneração pós-emprego	1,9%	1,7%	1,8%
Diretoria Não Estatutária			
	2022	2023	2024
Salário ou pró-labore (Remuneração Base)	75,7%	76,7%	64,5%
Participação de resultados (Remuneração Variável)	0,0%	0,0%	19,3%
Benefícios	5,4%	5,0%	5,5%
Remuneração baseada em ações	16,3%	15,6%	8,4%
Remuneração pós-emprego	2,7%	2,7%	2,4%
Conselho Fiscal			
	2022	2023	2024
Salário ou pró-labore (Remuneração Base)	100,0%	100,0%	100,0%
Participação de resultados (Remuneração Variável)	-	-	0,0%
Benefícios	-	-	0,0%
Remuneração baseada em ações	-	-	0,0%
Remuneração pós-emprego	-	-	0,0%

ii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:

Conselho de Administração

Os elementos da remuneração são definidos em Assembleia Geral de Acionistas. Os reajustes levam em consideração pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil. Com base nisso, os ajustes são analisados pelo Conselho de Administração e levados para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Diretoria estatutária

Os elementos da remuneração e limites anuais são definidos em Assembleia Geral de Acionistas. Os reajustes levam em consideração pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil. Com base nisso, os ajustes são analisados pelo Conselho de Administração e levados para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Diretoria não estatutária

A negociação entre o sindicato dos trabalhadores das empresas de compra, venda, locação e administração de imóveis comerciais e residenciais da região metropolitana de Belo Horizonte e o sindicato patronal da indústria da construção civil de Minas Gerais acorda um incremento salarial (percentual) anual para os trabalhadores da Companhia, também aplicáveis à diretoria não-estatutária. A Companhia pode reajustar cada elemento da remuneração total.

iii) Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

- a. Remuneração fixa: não há indicadores de desempenho que são levados em consideração;
- b. Incentivos de curto prazo: os principais indicadores de desempenho da Companhia considerados para efeito de remuneração variável de curto prazo são: margem líquida, lucro líquido, vendas contratadas, unidades construídas, satisfação dos clientes, land bank disponível, lançamentos, repasse de clientes e geração de caixa;
- c. Benefícios: não há indicadores de desempenho que são levados em consideração;
- d. Incentivos de longo prazo: os principais indicadores de desempenho da Companhia considerados para efeito de remuneração variável de longo prazo são: margem líquida, lucro líquido, vendas contratadas, unidades construídas, satisfação dos clientes, land bank disponível, lançamentos e repasse de clientes.

Para a remuneração variável todos os diretores, estatutários e não-estatutários possuem uma meta que abrange os 3 aspectos do ASG (ambiental, social e de governança).

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração fixa e variável tem como objetivo estar equilibrado com a atuação dos administradores e diretores os quais por vezes possuem atividades inerentes ao cargo bem como de criação de valor no médio/longo prazo para o negócio.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Item não aplicável. Não existem membros não remunerados na administração da Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Vide item 8.19.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

f. Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Vide item 8.19.

g. remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	9,00	3,0	20
Nº de membros remunerados	8,00	9,00	3,0	20
Remuneração fixa anual	13.922.690	19.227.769	252.000	33.402.459
Salário ou pró-labore	11.562.000	17.524.000	-	29.086.000
Benefícios direto e indireto	630.690	1.703.769	-	2.334.459
Participações em comitês	1.730.000	-	252.000	1.982.000
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	<p>INSS: Os valores de remuneração informados deverão ser líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador. Conforme entendimento exarado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 08.12.2020 (Processo nº 19957.007457/2018-10), os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de "benefício de qualquer natureza" de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral, tratamento a ser refletido tanto na Proposta de Remuneração quanto no Formulário de Referência, sem prejuízo da divulgação apartada, no Formulário de Referência, dos montantes dos referidos encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores da Companhia, como informação complementar, a critério da Companhia. Nesse sentido, a Companhia não deve divulgar os encargos sociais de seu ônus nas tabelas de remuneração desse item, mas se desejar divulgá-los, pode fazê-lo no item 13.16 ("Outras informações que o emissor julgue relevantes").</p>			
Remuneração variável	0	19.600.000	-	19.600.000
Bônus	0	19.600.000	-	19.600.000
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessaçã do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	1.911.770	9.716.045	-	11.627.814
Observação				
Total da remuneração	15.834.460	48.543.813	252.000	64.630.273

Remuneração total para o Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,50	9,00	3,00	19,50
Nº de membros remunerados	7,50	9,00	3,00	19,50
Remuneração fixa anual	13.390.465	16.874.526	252.000	30.516.991
Salário ou pró-labore	11.040.000	15.349.029	-	26.389.029
Benefícios direto e indireto	620.465	1.525.497	-	2.145.962
Participações em comitês	1.730.000	-	252.000	1.982.000
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	INSS: Os valores de remuneração informados deverão ser líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador. Conforme entendimento exarado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 08.12.2020 (Processo nº 19957.007457/2018-10), os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de "benefício de qualquer natureza" de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral, tratamento a ser refletido tanto na Proposta de Remuneração quanto no Formulário de Referência, sem prejuízo da divulgação apartada, no Formulário de Referência, dos montantes dos referidos encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores da Companhia, como informação complementar, a critério da Companhia. Nesse sentido, a Companhia não deve divulgar os encargos sociais de seu ônus nas tabelas de remuneração desse item, mas se desejar divulgá-los, pode fazê-lo no item 13.16 ("Outras informações que o emissor julgue relevantes").			
Remuneração variável		12.600.000		12.600.000
Bônus		12.600.000		12.600.000
Participação de resultados		-		
Participação em reuniões		-		
Comissões		-		
Outros		-		
Pós-emprego		-		
Cessaçao do cargo		-		
Baseada em ações	1.737.973	8.832.768		10.570.740
Observação				
Total da remuneração	15.128.438	38.307.294	252.000	53.687.732

Remuneração total para o Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,92	2,58	17,50
Nº de membros remunerados	7,00	7,92	2,58	17,50
Remuneração fixa anual	12.989.214	13.415.809	252.000	26.657.023
Salário ou pró-labore	10.800.000	12.673.432	-	23.473.432
Benefícios direto e indireto	629.214	742.377	-	1.371.591
Participações em comitês	1.560.000	-	252.000	1.812.000
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	INSS: Os valores de remuneração informados deverão ser líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador. Conforme entendimento exarado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 08.12.2020 (Processo nº 19957.007457/2018-10), os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de "benefício de qualquer natureza" de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral, tratamento a ser refletido tanto na Proposta de Remuneração quanto no Formulário de Referência, sem prejuízo da divulgação apartada, no Formulário de Referência, dos montantes dos referidos encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores da Companhia, como informação complementar, a critério da Companhia. Nesse sentido, a Companhia não deve divulgar os encargos sociais de seu ônus nas tabelas de remuneração desse item, mas se desejar divulgá-los, pode fazê-lo no item 13.16 ("Outras informações que o emissor julgue relevantes").			
Remuneração variável		9.400.000		9.400.000
Bônus		9.400.000		9.400.000
Participação de resultados		-		
Participação em reuniões		-		
Comissões		-		
Outros		-		
Pós-emprego		-		
Cessaçao do cargo		-		
Baseada em ações	2.021.483	9.426.515		11.447.998
Observação				
Total da remuneração	15.010.697	32.242.325	252.000	47.505.022

Remuneração total para o Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,92	7,00	3,00	16,92
Nº de membros remunerados	6,92	7,00	3,00	16,92
Remuneração fixa anual	12.178.335	10.364.984	246.233	22.789.552
Salário ou pró-labore	10.214.667	9.652.350	42.000	19.909.017
Benefícios direto e indireto	551.668	712.634	-	1.264.302
Participações em comitês	1.412.000	-	204.233	1.616.233
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	INSS: Os valores de remuneração informados deverão ser líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador. Conforme entendimento exarado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 08.12.2020 (Processo nº 19957.007457/2018-10), os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de "benefício de qualquer natureza" de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral, tratamento a ser refletido tanto na Proposta de Remuneração quanto no Formulário de Referência, sem prejuízo da divulgação apartada, no Formulário de Referência, dos montantes dos referidos encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores da Companhia, como informação complementar, a critério da Companhia. Nesse sentido, a Companhia não deve divulgar os encargos sociais de seu ônus nas tabelas de remuneração desse item, mas se desejar divulgá-los, pode fazê-lo no item 13.16 ("Outras informações que o emissor julgue relevantes").			
Remuneração variável		0		0
Bônus		0		0
Participação de resultados		-		
Participação em reuniões		-		
Comissões		-		
Outros		-		
Pós-emprego		-		
Cessação do cargo		-		
Baseada em ações	1.761.660	8.393.691		10.155.351
Observação				
Total da remuneração	13.939.994	18.758.675	246.233	32.944.903

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	9,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	8,00	9,00	3,00	20,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	19.600.000,00	0,00	19.600.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	19.600.000,00	0,00	19.600.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,50	9,00	3,00	19,50
Nº de membros remunerados	7,50	9,00	3,00	19,50
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	12.375.000,00	0,00	12.375.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	12.375.000,00	0,00	12.375.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	12.600.000,00	0,00	12.600.000,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,92	2,58	17,50
Nº de membros remunerados	7,00	7,92	2,58	17,50
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	9.519.387,01	0,00	9.519.387,01
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	9.519.387,01	0,00	9.519.387,01
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	9.400.000,00	0,00	9.400.000,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,92	7,00	3,00	16,92
Nº de membros remunerados	6,92	7,00	3,00	16,92
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	6.460.610,00	0,00	6.460.610,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6.460.610,00	0,00	6.460.610,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

Em 26 de abril de 2024, foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a criação do Plano de Outorga de opções de compra de ações, ações e incentivos atrelados a ações. Os Planos de Outorga Anteriores serão descontinuados a partir da data de aprovação do presente Plano, bem como não serão mais realizadas outorgas no âmbito dos Planos de Outorga Anteriores a partir de referida data. A descontinuação dos Planos de Outorga Anteriores não afetará a eficácia das outorgas já realizadas pela Companhia que ainda estejam em vigor, pois todos os programas farão parte deste novo plano.

As Ações, incentivos e as Opções outorgadas nos Programas de Outorga de Ações e Incentivos Atrelados a Ações e/ou Programas de Opções de Compra de Ações, que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano, somadas às opções já outorgadas e não exercidas dos quatro Planos de Outorga de Opção de Compra de Ações, aprovados em Assembleia Geral da Companhia em 17 de dezembro de 2009, 19 de abril de 2018, 21 de dezembro de 2020 e 09 de maio de 2023 (“Planos de Outorga Anteriores”), não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,5% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia. Este limite somente poderá ser alterado mediante deliberação da Assembleia Geral.

Este Plano entrará em vigor na data de sua aprovação e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral da Companhia. O término da vigência do Plano não afetará a eficácia das Ações, Opções e dos incentivos ainda em vigor e nos respectivos regulamentos de cada Programa.

Este Plano, bem como os seus respectivos Programas, não impedirá qualquer operação de reorganização societária que vier a envolver a Companhia e/ou as sociedades sob seu controle, devendo o Conselho de Administração determinar e realizar os ajustes cabíveis nos respectivos regulamentos. A outorga de Ações e incentivos atrelados a Ações ou Opções, nos termos deste Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de alienação de controle e de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. O Conselho de Administração poderá, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das Ações e/ou dos incentivos e/ou das Opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da

Companhia; e/ou (b) a antecipação do período de exercício, com extinção dos períodos de carência, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão.

Na eventualidade de o número, espécie e/ou classe das ações de emissão da Companhia serem alterados em razão de desdobramentos, bonificações, grupamentos ou conversões, o preço de aquisição, número, espécie e/ou classe das ações objeto de cada incentivo e/ou Opção em vigor, conforme o caso, serão ajustados na mesma proporção.

O número de Opções que serão outorgadas a cada Beneficiário será definido a exclusivo critério do Conselho de Administração e individualizado na Carta Convite de cada um dos Beneficiários.

b. data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Companhia foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 26 de abril de 2024 e está alinhado ao disposto na Política de Remuneração dos Administradores da Companhia.

Em 11 de julho de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração, a criação do Programa 01 do Plano I de Outorga de Opções de Compra de Ações e Ações e Incentivos Atrelados a Ações.

Os Programas que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano serão administrados pelo Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Pessoas.

O Conselho de Administração e/ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes para definir em cada um dos programas as regras, consequências e procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos relativos às Opções e/ou às Ações e aos incentivos pelos Beneficiários em caso de (i) rescisão contratual; (ii) falecimento; (iii) invalidez permanente; (iv) aposentadoria; ou (v) dissolução e/ou liquidação da Companhia.

c. número máximo de ações abrangidas

O número de ações objeto das Opções outorgadas no âmbito deste Plano e dos Programas de Opções de Compra de Ações que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,5% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

As Ações objeto dos incentivos concedidos por meio dos Programas de Outorga de Ações e Incentivo Atrelado a Ações instituídos no âmbito deste Plano serão provenientes de ações mantidas em tesouraria, observada a regulamentação aplicável, ou, caso não haja ações em tesouraria, mediante outras formas que venham a ser definidas pelo Conselho de Administração no Programa de Outorga de Ações e Incentivo Atrelado a Ações.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Programas de Opções de Compra de Ações

Em 11 de julho de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração, a criação do Programa 01 do Plano I de Outorga de Opções de Compra de Ações e Ações e Incentivos Atrelados a Ações. O limite de outorga para este Programa é de 2.330.000 (duas milhões e trezentos e trinta mil) opções.

Programas de Ações e Incentivo Atrelado a Ações

Em 11 de julho de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração, a criação do Programa 01 do Plano I de Outorga de Opções de Compra de Ações e Ações e Incentivos Atrelados a Ações. O limite de outorga para este Programa é de 670.000 (seiscentos e setenta mil) ações.

e. condições de aquisição de ações

A participação no Plano I inclui, o presidente do Conselho de Administração, diretores, estatutários e não-estatutários, gestores sêniores e gestores do médio nível hierárquico. Os executivos e empregados da Companhia, inclusive das controladas, direta ou indiretamente, poderão ser habilitados a participar do Plano de Opções de Ações. O Conselho de Administração indica, em conformidade com o plano e para cada programa, aqueles que serão elegíveis à outorga da opção, os quais são devidamente convidados por escrito a participar do plano.

Programas de Opções de Compra de Ações

O preço de exercício deverá ser pago na forma estabelecida em cada programa, de acordo com os preços indicados no item 8.4. (f) abaixo. A opção somente poderá ser exercida nos termos do plano e de cada programa, durante o prazo e nos períodos fixados nestes. A pessoa participante do plano deve ser um colaborador ativo à época da data de exercício.

A obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos em cada Programa de Opções de Compra de Ações. As Opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados em cada Programa de Opções de Compra de Ações.

Os Beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral e àquelas estabelecidas pelas políticas da Companhia.

O Preço de Exercício por ação será pago pelos titulares da Opção, nas condições determinadas nos regulamentos de cada Programa de Opções de Compra de Ações, respeitada a realização mínima prevista em lei.

Programas de Ações e Incentivo Arelado a Ações

A outorga dos incentivos a cada beneficiário far-se-á por meio da celebração de contrato de outorga entre a Companhia e o respectivo beneficiário. A assinatura do contrato relacionado a cada Programa de Outorga de Ações e Incentivos Arelados a Ações e de Opções de Compra de Ações implicará a aceitação de todas as condições do Plano e do respectivo programa pelo beneficiário.

O Beneficiário somente terá os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento (i) da aquisição efetiva das Ações como consequência do exercício das Opções, ou (ii) da transferência de titularidade plena das Ações, e nenhuma ação será entregue ao beneficiário a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas pelo beneficiário.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Programas de Opções de Compra de Ações

O preço de exercício se baseia na média dos preços das ações nos 30 (trinta) pregões anteriores à data da concessão de cada Programa.

Programa	Plano	Aprovação	Preço de exercício
10	I	25/05/18	R\$ 14,52
11	I	05/06/19	R\$ 15,51
12	I	30/04/20	R\$ 12,73
15	I	28/10/21	R\$ 12,35
16	I	28/10/21	R\$ 12,35
17	I	08/08/22	R\$ 8,45
18	I	20/06/23	R\$ 6,96
1	I	11/07/24	R\$ 6,84

Programas de Ações e Incentivo Arelado a Ações

No caso do programa de Ações Restritas da Companhia o valor futuro das Ações Restritas que venham a ser transferidas ao Beneficiário é desconhecido e não pode ser previsto pela Companhia, sendo certo que, ao optar por receber as Ações Restritas, o Beneficiário está ciente que estará sujeito a riscos como volatilidade do valor das ações, liquidez das ações e que a combinação desses riscos pode trazer ganhos ou perdas financeiras para o Beneficiário e assume todos os riscos decorrentes da proibição de negociação com as Ações Restritas.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Programas de Opções de Compra de Ações

As Opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados em cada Carta Convite.

Se as Opções forem exercidas parcialmente, o titular das Opções poderá exercer o remanescente das Opções dentro dos prazos e nas condições estipuladas nas Cartas Convites, ressalvadas as hipóteses previstas no Plano e neste Programa.

Programas de Ações e Incentivo Arelado a Ações

O Beneficiário receberá a quantidade de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, informados no Contrato de Participação, observados o Período de Carência de 03 (três) anos e os demais termos e condições do Programa.

h. forma de liquidação

A quantidade final de opções atribuída ao participante será considerada automaticamente exercida no prazo estabelecido no contrato de opções e, neste ato, as ações subjacentes às opções exercidas serão entregues aos Beneficiários pela Companhia mediante a entrega de ações em tesouraria, observada a regulamentação aplicável, ou, caso não haja ações em tesouraria, mediante outras formas que venham a ser definidas pelo Conselho de Administração em cada Programa de Opções de Compra de Ações.

Nenhuma opção será entregue aos Beneficiários no exercício das Opções sem o cumprimento integral de todos os requisitos da legislação ou dos regulamentos aplicáveis.

i. restrições à transferência das ações

As Opções outorgadas nos respectivos Programas de Opções de Compra de Ações não poderão ser alienadas ou oneradas, de maneira direta ou indireta, pelos Beneficiários, exceto por deliberação do Conselho de Administração.

A transferência e a venda das Ações Restritas, depois de certo tempo, assim como os proventos (dividendos, juros sobre capital próprio etc.) auferidos pelo Beneficiário entre a transferência e a venda podem ter consequências tributárias, especialmente a eventual incidência de imposto sobre a renda, sendo o Beneficiário o único e exclusivo responsável pela correta observância da legislação tributária aplicável

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os Planos de Outorga Anteriores serão descontinuados a partir da data de aprovação do presente Plano, bem como não serão mais realizadas outorgas no âmbito dos Planos de Outorga Anteriores a partir de referida data. A descontinuação dos Planos de Outorga Anteriores não afetará a eficácia das outorgas já realizadas pela Companhia que ainda estejam em vigor.

Este Plano entrará em vigor na data de sua aprovação e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral da Companhia. O término da vigência do Plano não afetará a eficácia

das Ações, Opções e dos incentivos ainda em vigor e nos respectivos regulamentos de cada Programa.

Este Plano, bem como os seus respectivos Programas, não impedirá qualquer operação de reorganização societária que vier a envolver a Companhia e/ou as sociedades sob seu controle, devendo o Conselho de Administração determinar e realizar os ajustes cabíveis nos respectivos regulamentos. A outorga de Ações e incentivos atrelados a Ações ou Opções, nos termos deste Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de alienação de controle e de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. O Conselho de Administração poderá, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das Ações e/ou dos incentivos e/ou das Opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; e/ou (b) a antecipação do período de exercício, com extinção dos períodos de carência, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão.

Na eventualidade de o número, espécie e/ou classe das ações de emissão da Companhia serem alterados em razão de desdobramentos, bonificações, grupamentos ou conversões, o preço de aquisição, número, espécie e/ou classe das ações objeto de cada incentivo e/ou Opção em vigor, conforme o caso, serão ajustados na mesma proporção.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Desligamento (i) por iniciativa da MRV ou de suas sociedades controladas sem justa causa; (ii) pelo término do período de mandato sem reeleição; e (iii) por aposentadoria: as Opções cujo direito de exercício já tenha sido adquirido até a data de Desligamento poderão ser exercidas, desde que realizadas em até 90 (noventa) dias contados da data de Desligamento, sendo que, após tal prazo, as Opções não exercidas serão canceladas. Já as Opções cujo direito de exercício não tenha sido adquirido até a data do Desligamento serão canceladas.

Desligamento por iniciativa do Beneficiário, da MRV ou de suas sociedades controladas por justa causa ou justo motivo: todas as Opções que tenham sido outorgadas pela MRV, estando ou não aptas ao exercício, serão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou de indenização a qualquer título.

Falecimento: os seus herdeiros legais e/ou sucessores terão o direito de exercer eventuais Opções cujo direito de exercício já tenha sido adquirido até a data do falecimento, desde que realizadas em até 90 (noventa) dias contados da data de falecimento, sendo que, após tal prazo, as Opções não exercidas serão canceladas. Já as Opções cujo direito de exercício não tenha sido adquirido até a data do desligamento serão canceladas.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (31/12/2024)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,50	9,00
Nº de membros remunerados	1,00	9,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	3,15%	3,15%
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES		
(i) Das opções em aberto no início do exercício social	11,68	11,68
(ii) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	n/a

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (31/12/2025)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	9,00
Nº de membros remunerados	1,00	9,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	3,15%	3,15%
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES		
(i) Das opções em aberto no início do exercício social	11,68	11,68
(ii) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	n/a

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	7,92
Nº de membros remunerados	1,00	7,92
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	3,05%	3,05%
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES		
(i) Das opções em aberto no início do exercício social	12,50	12,50
(ii) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	n/a

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado em (31/12/2022)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,92	7,00
Nº de membros remunerados	1,00	7,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(i) Das opções em aberto no início do exercício social		
(ii) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	6,84	6,84

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Para cada outorga prevista no resultado o exercício social corrente em 31 de março de 2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	9,00
Nº de membros remunerados	1,00	9,00
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	352.000	1.271.600
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/12/2025	01/12/2025
Prazo máximo para exercício das opções	29/12/2032	29/12/2032
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 4,09	R\$ 4,09
Multiplicação da quantidade de opções outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.439.680	5.200.844

Para cada outorga que é reconhecida no resultado o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,50	9,00
Nº de membros remunerados	1,00	9,00
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	320.000	1.156.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/12/2024	01/12/2024
Prazo máximo para exercício das opções	29/12/2031	29/12/2031
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 4,09	R\$ 4,09
Multiplicação da quantidade de opções outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.308.800	4.728.040

Para cada outorga que é reconhecida no resultado o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	7,92
Nº de membros remunerados	1,00	7,92
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	400.000	1.435.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/12/2023	01/12/2023
Prazo máximo para exercício das opções	29/12/2030	29/12/2030
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 5,02	R\$ 5,02
Multiplicação da quantidade de opções outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	2.008.000	7.203.700

Para cada outorga que é reconhecida no resultado o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,92	7,00
Nº de membros remunerados	1,00	7,00
Data de outorga	08/08/2022	08/08/2022
Quantidade de opções outorgadas	350.000	1.145.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/12/2022	01/12/2022
Prazo máximo para exercício das opções	29/12/2029	29/12/2029
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 4,70	R\$ 4,70
Multiplicação da quantidade de opções outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.645.000	5.381.500

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número Total de Membros	7,50	9,00
Número de Membros remunerados	1,00	9,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	1.048.000	6.251.100
Data em que se tornarão exercíveis	01/12/2024	01/12/2024
Prazo máximo para exercício das opções	29/12/2031	29/12/2031
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	10,95	10,95
Valor justo das opções no último dia do exercício social	4,09	4,09
Opções exercíveis		
Quantidade	1.256.819	4.881.234
Prazo máximo para exercício das opções	29/12/2031	29/12/2031
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	10,95	10,95
Valor justo das opções no último dia do exercício social	4,09	4,09
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	5,59	5,59

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	7,50	9,00
Nº de membros remunerados	1,00	9,00
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

Nota: Não houve exercício de opções por parte dos beneficiários durante o período em questão.

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	7,00	7,92
Nº de membros remunerados	1,00	7,92
Número de ações	180.063	532.889
Preço médio ponderado de exercício	10,38	10,38
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	10,28	10,28
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	18.006	53.289

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	6,92	7,00
Nº de membros remunerados	1,00	7,00
Número de ações	180.063	340.389
Preço médio ponderado de exercício	6,84	6,84
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	7,74	7,74
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-162.057	-306.350

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração baseada em ações sob forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, previstas para o exercício social corrente a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	8,00	9,00
Nº de membros remunerados	1,00	9,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,09%	0,09%

Remuneração baseada em ações sob forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, previstas para o exercício social corrente encerrado em 31 de dezembro de 2024:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	7,50	9,00
Nº de membros remunerados	1,00	9,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,09%	0,09%

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Outorga de ações prevista para o exercício social corrente a ser encerrado em 2025:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	9,00
Nº de membros remunerados	1,00	9,00
Data de outorga	-	-
Quantidade de ações outorgadas	44.000	158.950
Prazo máximo para entrega das ações	01/12/2028	01/12/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 7,80	R\$ 7,80
Multiplicação da quantidade de opções outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	343.200	1.239.810

Outorga de ações realizada no exercício social encerrado em 2024:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,50	9,00
Nº de membros remunerados	1,00	9,00
Data de outorga	-	-
Quantidade de ações outorgadas	40.000	144.500
Prazo máximo para entrega das ações	09/10/2027	09/10/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 7,80	R\$ 7,80
Multiplicação da quantidade de opções outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	312.000	1.127.100

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,50	9,00	3,00
Nº de membros remunerados	1,00	9,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00

Não houve remuneração baseada em ações no período de 2023 e 2022.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Plano de Opção de Compra de Ações

a. modelo de precificação

A Companhia reconhece nas demonstrações financeiras o custo das opções de ações emitidas, calculado com base em seu valor justo. Os valores justos dos programas foram estimados utilizando o modelo de precificação de opções *Black & Scholes*, adotando a suposição simplificada de que os dividendos são pagos continuamente para todos os programas do Plano I.

O modelo *Black & Scholes* é uma ferramenta amplamente reconhecida para a avaliação de opções financeiras, A metodologia é fundamental para a precificação de opções, pois fornece uma base matemática sólida que ajuda a determinar o valor justo das opções emitidas pela Companhia.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O valor justo das opções de compra de ações concedidas é calculado na data da outorga com base no modelo de Black & Scholes. Para essa determinação, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- **Preço de exercício:** corresponde à média dos preços das ações nos 30 (trinta) pregões anteriores à data da concessão.
- **Taxa de juros livre de risco:** fundamenta-se na projeção anualizada da taxa de Depósito Interbancário (DI), levando em consideração o prazo esperado para o exercício das opções concedidas na data de início de cada plano.
- **Volatilidade esperada:** é utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações da Companhia dos últimos 5 anos, contados a partir do respectivo ano de cada programa.
- **Dividendos esperados:** representa a razão entre o dividendo por ação pago em um determinado período e o preço da ação no mercado para todos os planos. A Companhia adota a suposição simplificada de que os dividendos são pagos continuamente, com uma taxa de 5%.
- **Prazo de vida da opção:** o prazo para exercício é de até 8 anos, exceto para o Programa 15, que tem um prazo máximo de 13 anos.

	9	10	11	12	15	16	17	18	1
Preço de exercício	R\$ 14,80	R\$ 14,52	R\$ 15,51	R\$ 12,73	R\$ 12,35	R\$ 12,35	R\$ 8,45	R\$ 6,96	R\$ 6,84
Taxa livre de risco	10,54%	10,28%	7,82%	7,11%	12,00%	11,82%	13,14%	11,52%	11,41%
Duração do exercício em anos	8	8	8	8	12	7	7	7	7
Volatilidade anualizada esperada	53,20%	36,47%	33,39%	40,75%	42,90%	43,40%	46,01%	50,94%	53,39%
Dividendos esperados	5%	5%	5%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Valor justo da opção na data de outorga por	R\$ 5,35	R\$ 5,05	R\$ 4,98	R\$ 7,43	R\$ 7,65	R\$ 4,97	R\$ 4,70	R\$ 5,02	R\$ 4,09

Plano de Ações Restritas

O valor justo das ações restritas é determinado pelo preço de fechamento das ações da Companhia na data da outorga.

Programa	Plano	Aprovação	Concedidas (mil)	Vencimento	Preço da ação na aprovação
1	I	11/07/24	514	09/10/27	R\$ 7,80

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A Companhia não incorporou os efeitos esperados de exercício antecipado, considerando que os Planos não preveem antecipação de direito de exercício, exceto em caso de morte de beneficiário.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade esperada nos Programas 9 a 18 e no Programa 1, é utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações da Companhia dos últimos 5 anos, contados a partir do respectivo ano de cada programa.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, pois não há nenhuma outra característica da opção que tenha sido incorporada na mensuração de seu valor justo.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Em 31 de dezembro de 2024, os membros da administração da Companhia detinham as seguintes participações acionárias na Companhia:

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A	Ações detidas
Controlador	182.961.167
Conselho de Administração	1.368.067
Conselho Fiscal	11.156
Diretoria	2.976.138
TOTAL	187.316.528

URBA DESENVOLVIMENTO URBANO S.A.		Ações detidas
Conselho de Administração		26.175.719
Conselho Fiscal		0
Diretoria		0
TOTAL		26.175.719

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,50	9,00
Nº de membros remunerados	3,00	9,00
Nome do Plano	Icatu	Icatu
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	60 anos + 5 de contribuição	60 anos + 5 de contribuição
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	417.000	677.997
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	417.000	677.997
Possibilidade de resgate antecipado e condições	NA	NA

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº membros	9,00	7,92	7,00	7,50	7,00	6,92	3,00	3,00	3,00
Nº membros remunerados	9,00	7,92	7,00	7,50	7,00	6,92	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (R\$)	8.767.989	5.831.559	5.241.194	10.091.484	10.325.122	9.799.878	84.089	84.078	84.078
Valor menor remuneração (R\$)	2.065.185	1.299.987	1.124.493	100.089	120.078	108.033	84.089	84.078	78.078
Valor médio de remuneração (R\$)	4.256.366	4.072.715	2.679.811	2.017.125	2.144.385	2.015.421	84.000	84.000	82.078

Diretoria Estatutária	
31/12/2024	<p>i) O cálculo do valor médio da remuneração considera o valor total de remuneração, benefícios e custos dos planos de incentivo de longo prazo, dividido pelo número de Diretores remunerados.</p> <p>ii) O aumento da maior remuneração é reflexo do pagamento de ICP em 2024.</p>
31/12/2023	<p>iii) O cálculo do valor médio da remuneração considera o valor total de remuneração, benefícios e custos dos planos de incentivo de longo prazo, dividido pelo número de Diretores remunerados.</p> <p>iv) O aumento da remuneração média é reflexo da entrada de Executivos a partir de junho 2023.</p>
31/12/2022	<p>v) O cálculo do valor médio da remuneração considera o valor total de remuneração, benefícios e custos dos planos de incentivo de longo prazo, dividido pelo número de Diretores remunerados.</p> <p>vi) A diminuição da remuneração máxima da diretoria é reflexo do não pagamento de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) no ano de 2022.</p>

Conselho de Administração	
31/12/2024	vii) O cálculo do valor médio da remuneração considera o valor total de remuneração, benefícios e custos dos planos de incentivo de longo prazo, dividido pelo número de Conselheiros remunerados. viii) A diminuição da remuneração máxima do Conselho Administrativo é reflexo da diminuição dos custos dos planos de incentivo de longo prazo.
31/12/2023	ix) O cálculo do valor médio da remuneração considera o valor total de remuneração, benefícios e custos dos planos de incentivo de longo prazo, dividido pelo número de Conselheiros remunerados.
31/12/2022	x) O cálculo do valor médio da remuneração considera o valor total de remuneração, benefícios e custos dos planos de incentivo de longo prazo, dividido pelo número de Conselheiros remunerados. xi) O aumento da remuneração máxima do Conselho de Administração é reflexo do aumento da Remuneração Fixa do Conselheiro.

Conselho Fiscal	
31/12/2024	xii) O cálculo do valor médio da remuneração considera o valor total de remuneração, benefícios e custos dos planos de incentivo de longo prazo, dividido pelo número de Conselheiros remunerados.
31/12/2023	xiii) O cálculo do valor médio da remuneração considera o valor total de remuneração, benefícios e custos dos planos de incentivo de longo prazo, dividido pelo número de Conselheiros remunerados.
31/12/2022	xiv) O cálculo do valor médio da remuneração considera o valor total de remuneração, benefícios e custos dos planos de incentivo de longo prazo, dividido pelo número de Conselheiros remunerados. xv) A diminuição da remuneração mínima do Conselho Fiscal é reflexo de pagamento complementar.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia possui como plano de benefício pós emprego o plano de previdência privada, detalhado no item 8.14 deste formulário.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A soma do percentual dos membros das partes relacionadas é indicada na tabela abaixo:

Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Prevista 2025	75,5%	46,0%	0,00%
2024	79,0%	45,7%	0,00%
2023	81,6%	36,2%	0,00%
2022	70,9%	31,8%	0,00%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, dado que não há valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Previsto para exercício social a ser encerrado em 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	13.292.000	17.524.000	252.000,00	31.068.000,00
Controladas do emissor	1.615.020	1.364.515		2.979.535,24
Sociedade sob controle comum				

Exercício social 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	12.770.000	15.349.029	252.000,00	28.371.029,00
Controladas do emissor	1.468.200	1.240.468		2.708.668,40
Sociedade sob controle comum				

Exercício social 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	12.360.000	12.673.432	252.000,00	25.285.432,23
Controladas do emissor	1.469.916	2.016.532		3.486.448,10
Sociedade sob controle comum				

Exercício social 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	11.626.667	9.652.350	42.000,00	21.321.016,52
Controladas do emissor	2.114.100	2.721.373		4.835.472,87
Sociedade sob controle comum				

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

Composição do Conselho Fiscal

(a) Nome	Sicomar Benigno de Araújo Soares	Thiago da Costa e Silva Lott	Aristóteles Nogueira Filho	Lucas Wanderley de Freitas	Patricia Bolina Pellini	Maria Salete Garcia Pereira
(b) Data de Nascimento	26/06/1971	11/10/1980	12/08/1985	22/02/1985	29/06/1968	23/03/1955
(c) Profissão	Contador	Advogado	Engenheiro	Advogado	Advogada	Contadora
(d) CPF	670.227.826-87	039.250.866-41	109.345.067-36	060.484.106-03	757.403.468-00	299.484.367-68
(e) Cargo eletivo ocupado	Efetivo	Efetivo	Efetivo	Suplente	Suplente	Suplente
(f) Data eleição	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025
(g) Data da posse	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025
(h) Prazo do mandato	AGO 2026	AGO 2026	AGO 2026	AGO 2026	AGO 2026	AGO 2026
(i) Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
(j) Se é membro independente nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
(k) Caso o conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro mandato	29/04/2022	19/04/2018	-	23/04/2021	29/04/2022	-
(m) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos i. Condenação criminal; ii. Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada Consta	Nada Consta

Currículo dos candidatos para o Conselho de Administração

Conforme item 7.3 (I)

Rubens Menin – Presidente do Conselho de Administração

É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1978. Trabalhou como estagiário de engenharia na Vega Engenharia de 1973 a 1978. Em 1979 fundou o Grupo MRV, sendo seu principal executivo e eleito membro do Conselho da Administração em Assembleia Geral Extraordinária de 1 de junho a 31 de maio de 2006, atualmente exercendo o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Fundador e presidente do Conselho de Administração Banco Inter, um banco múltiplo, desde a sua constituição, em 1994. Fundador e presidente do Conselho de Administração da LOG Commercial Properties SA, empresa de propriedades comerciais e industriais, desde a sua constituição em 2008. Fundador e presidente do Conselho de Administração da Urba Desenvolvimento Urbano S.A., desde a sua constituição em 2012, que tem por objetivo desenvolver grandes áreas urbanas para uso residencial e/ou misto. Fundador e presidente do Conselho de Administração da AHS, desde a sua constituição em 2012, empresa do ramo imobiliário localizada em Miami/EUA. Fundador e presidente do Conselho de Administração da CNN Brasil, desde a sua constituição em 2019, canal de televisão voltada inteiramente ao jornalismo. Fundador e Conselheiro da Administração da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC), desde abril de 2013. Em 2018 recebeu o prêmio Empreendedor do Ano Global – EY World Entrepreneur Of The Year 2018. Em 2019 recebeu o Prêmio de Excelência 2019 da Câmara de Comércio Brasil -EUA, da Flórida. Em 2018 fundou em Portugal a vinícola Menin Douro Estates. Em 2021 tornou-se proprietário da Rádio Itatiaia, a maior emissora de Minas Gerais.

Leonardo Guimarães Corrêa – Conselheiro

É graduado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1980 e pós-graduado em Finanças pela FGV em 1986. Trabalhou de 1982 a 1990 no Lloyds Bank como Gerente de Tesouraria. De 1990 a 2000 trabalhou no JP Morgan, tendo como último cargo o de diretor tesoureiro para o Brasil. Foi sócio do Banco Pactual de 2000 a 2003. De 2003 a 2006 foi sócio da Perfin Administração de Recursos, uma gestora de recursos independente, que se especializou na gestão de fundos de investimento. Ingressou na nossa Companhia em março de 2006 como Diretor Vice-Presidente Executivo. Em janeiro de 2007 assumiu a Diretoria Executiva de Relações com Investidores, em junho de 2009, a Diretoria Executiva de Relações com Investidores e Finanças. Atualmente é membro do Conselho de Administração da MRV Engenharia e Participações S.A., membro do Conselho de Administração do Banco Inter S.A., banco múltiplo, membro do Conselho de Administração da LOG Commercial Properties SA, empresa de propriedades comerciais e industriais, membro do Conselho de Administração da NOVUS Midia S. A. (licenciada CNN), membro do Conselho de Administração da Resia, construtora de imóveis para aluguel nos Estado Unidos e Chief Financial Officer da Resia desde julho de 2024.

Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza – Conselheira

É graduada em Direito pela Faculdade Milton Campos e pós-graduada em Direito da Economia e da Empresa pela FGV. Exerceu o cargo de Diretora Executiva Jurídica da MRV&Co até Dezembro de 2019. Atualmente, é conselheira de administração das empresas MRV&Co, Inter Co, CNN Brasil, Rede Lius de Educação e das Associações Instituto Iungo, Órbi Conecta e Movimento Bem Maior. Nas empresas, lidera os comitês de Governança Corporativa e de Gente e Cultura, participando ativamente dos projetos de sustentabilidade empresarial, ética e integridade, diversidade e inclusão, dentre outros.

Nicola Calicchio Neto – Conselheiro

O Sr. Nicola Calicchio teve uma carreira de quase 30 anos na McKinsey, tendo sido o único brasileiro a ocupar os

cargos de CEO da America Latina, membro do Comitê executivo Global e Chairman do Comitê Global de Clientes da empresa. Nos últimos 4 anos, ele atuou como Chief Strategy Officer do Softbank Group International, Senior Advisor do Morgan Stanley, e membro de vários conselhos tais como Hapvida, Peninsula, CNN Brasil, UNICEF Brasil, MASP e BRASA. Ele também é Chairman do Conselho de Administração da CIMED Medicamentos. Nicola é formado com honras em Engenharia Civil pela UFMG, possui MBA pelo MIT Sloan School of Management e é um frequente palestrante em inúmeras conferências e eventos em diversos Países.

Antônio Kandir – Conselheiro Independente

Graduado em Engenharia Mecânica de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP, Mestre em Economia pela UNICAMP e Doutor em Economia pela UNICAMP. Foi Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, Deputado Federal, Presidente do Conselho Nacional de Desestatização, Governador Brasileiro no BID, Secretário Especial de Política Econômica, Presidente do IPEA, diretor da Kandir e Associados S/C Ltda. e coordenador de estudos da Itaú Planejamento e Engenharia. Trabalhou também como professor da Unicamp, da PUC/SP, Assistant Faculty Fellow na Universidade de Notre Dame (USA) e gerenciou Fundos de Investimentos. Atualmente é membro do Conselho de Administração das seguintes sociedades: CPFL Energia S.A.; AEGEA Saneamento E Participações S.A.; CSU Cardsystem S.A.; Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. e Inter & Co., Inc.

Betania Tanure de Barros - Conselheiro Independente

Doutora em Administração – Brunel University (Inglaterra), especialista em Management Consulting pela Henley Management College (Inglaterra), em Gestão de Pessoas pelo Insead (França) e em Gestão Empresarial pela F. Leon Bekaert (Bélgica). Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, foi professora do Mestrado e Doutorado em Administração da PUC Minas/ FDC e é professora convidada do Insead e LBS. Membro do Conselho de Administração do Magazine Luiza S/A e de instituições *pro bono* como Inhotim e Grupo Mulheres do Brasil. Publicou diversos artigos e livros no Brasil e no exterior. Socia fundadora da BTA, atua como consultora, em empresas nacionais e multinacionais. Foi diretora da FDC durante mais de 15 anos, tendo sido responsável por toda a área de desenvolvimento de executivos, empresas e parcerias empresariais.

José Carlos Wollenweber Filho – Conselheiro Independente

José Carlos Wollenweber Filho é um executivo com ampla experiência na área financeira, gestão estratégica e reestruturação empresarial. Atuou como CFO da CVC Group, onde liderou a estratégia financeira da companhia, a reestruturação e otimização do portfólio financeiro, além de iniciativas para fortalecimento da governança e transparência dos investidores. Antes disso, foi CFO da Even Engenharia, tendo conduzido o IPO da Melnick Even, sua controlada e liderando a reestruturação da dívida da companhia e gerenciando a crise financeira no início da pandemia. Foi CFO e Diretor de Relações com Investidores da Direcional Engenharia, sendo responsável pela estratégia financeira, captações no mercado de capitais e implementação de processos para melhoria da eficiência operacional. Também construiu sua trajetória profissional em empresas como Gafisa, Grupo GPS, BR Properties e Accenture, sempre em posições estratégicas na área financeira e de consultoria. Sincer 2024, serving as Advisory CFO at Yuny S.A.

É formado em Engenharia Elétrica e Eletrônica pela PUC/SP, onde também concluiu Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras e possui MBA pelo MIT.

Paulo Sergio Kakinoff – Conselheiro Independente

Paulo Sérgio Kakinoff ocupou o cargo de Diretor-Presidente da GOL Linhas Aéreas de 2012 a 2022, tendo sido

anteriormente membro independente do Conselho de Administração da empresa por dois anos e, posteriormente, por um ano.

Formado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, começou sua carreira na indústria automobilística, onde atuou por 18 anos. Foi Presidente da Audi Brasil, ocupou funções de Diretor de Vendas & Marketing da Volkswagen do Brasil, Diretor Executivo para a América do Sul na matriz do Grupo Volkswagen na Alemanha, e membro do Conselho de Supervisão da Volkswagen Participações.

Atualmente é membro dos Conselhos de Administração das empresas Porto Seguro, Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos, Simpar S.A, Suzano Papel e Celulose, MRV&Co e Cocal Energia Sustentável. Atua também como membro de Comitês de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa, Remuneração, Finanças, Estratégia e Marketing.

Paulo Kakinoff é membro do Conselho de Governança e do Conselho de Administração das organizações sem fins lucrativos Todos pela Educação, MBC (Movimento Brasil Competitivo), Bemtevi (Negócios Sociais), Instituto Inhotim (Associação de fins culturais, educacionais e ambientais), Presidente do Pacto pelo Esporte e Professor Master do curso de Administração de Empresas da ESPM. Em janeiro de 2024, assumiu a posição de CEO da Porto Seguros S/A.

Currículo dos candidatos para o Conselho Fiscal

Sicomar Benigno de Araújo Soares – Membro efetivo

Graduado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade do Estado de Minas Gerais (1996). Pós-Graduado em Auditoria Externa pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Mestre em Administração pela Fundação Cultura Dr. Pedro Leopoldo (2010). Em suas experiências profissionais ocupou o cargo de assistente contábil no Banco Agrimisa S.A. (1986-1996), atuou como superintendente contábil no Inter (1996 – 2022), foi professor assistente nas instituições: Pontifícia Universidade do Estado de Minas Gerais (2002), Faculdade Centro Educacional Mineiro (2014- 2016), Faculdade de Ciências Empresariais (2008 – 2013) e Faculdade Asa de Brumadinho (2003-2008) . Foi membro da Comissão de IFRS do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – Biênio (2008 – 2009), e participante da Comissão Contábil da Febraban e ABBC.

Thiago da Costa e Silva Lott – Membro efetivo

Advogado inscrito na OAB/MG sob o número 101.330. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade do Estado de Minas Gerais (2005). Pós-Graduado em Direito Processual pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica do Estado de Minas Gerais (2006). Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade Milton Campos (2016), pós-graduando em MBA Executive MBA na Fundação Dom Cabral (início em 2017). Sócio fundador do escritório Lott, Oliveira Braga e Advogados Associados (2008 até os dias de hoje). Atua na advocacia contenciosa e consultiva nas áreas do direito cível, societário e empresarial.

Aristóteles Nogueira Filho – Membro efetivo

Possui larga experiência profissional na área financeira, com expertise em diversos setores, incluindo petróleo e gás, commodities e bens de consumo. Iniciou sua carreira no mercado financeiro em 2006, exercendo funções no Santander, Societé Generale e Safra. Mais recentemente, ocupou cargos em grandes gestoras de recursos brasileiras como Opportunity, Truxt e XP, com foco em análise de ações e gestão de portfólio. É graduado em Engenharia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e possui especialização em Engenharia Mecatrônica pela École Nationale Supérieure d'Arts et Métiers (ENSAM). Detém diversas certificações, incluindo

CFA, CGA, CPA-20 e CNPI, e cursos em Applied Business Analytics (MIT), Direito Societário (Fundação Getúlio Vargas) e desenvolvimento de conselheiros (Fundação Dom Cabral), Negociação Estratégica (Insper) e Conselho Fiscal (IBGC). Aristóteles é coordenador do conselho fiscal da Sabesp, atuou como conselheiro fiscal na CELPE, é membro do conselho estratégico do Instituto Ponte, uma ONG focada em educação.

Lucas Wanderley de Freitas – Membro Suplente

Advogado inscrito na OAB/MG sob o número 118.906. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos em 2008. Pós-Graduado em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito Milton Campos em 2009. Pós-Graduado em Direito Processual e Civil pela Fundação Getúlio Vargas em 2010. Sócio do escritório Lott, Oliveira Braga & Advogados Associados desde 2009.

Maria Salete Garcia Pinheiro – Membro Suplente

Maria Salete é certificada pelo IBGC para atuar em Conselhos de Administração e Conselhos Fiscais. Graduada em Ciências Contábeis, possui MBA em Finanças pelo IBMEC e Programa de Formação em Negócios pela Universidade de Ontário, no Canadá. Atualmente, é membro efetivo do Conselho Fiscal da Equatorial Energia S.A. e da Sabesp, além de integrar o Comitê de Auditoria da Origem Energia S.A., do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) e do BNDES. Adicionalmente, é coordenadora dos Comitês de Auditoria da HDI Seguros S.A. e da Icatu Seguros S.A.

Em experiências anteriores, destacou-se como:

- (a) Membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria da HPX Corp (2020-2023);
- (b) Integrante do Conselho Fiscal da BR Distribuidora, atual Vibra Energia S.A. (2019-2021);
- (c) Integrante do Conselho Fiscal da Jereissati Participações S.A. (2020-2022);
- (d) Coordenadora do Comitê de Auditoria do Banco Modal S.A. (2021-2023).
- (e) Membro do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração do BNDES. (2022-2024)

Ao longo de sua trajetória, atuou por 39 anos como auditora independente na PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. (PwC), uma das quatro maiores empresas de auditoria do mundo (Big Four), sendo 23 anos como sócia de auditoria.

Patricia Bolina Pellini – Membro Suplente

Graduada (2003) e mestre (2008) em Direito Comercial pela PUC/SP, Administradora de Empresas, graduada pela EAESP/FGV (1990), com especialização (1992) em Finanças pela mesma entidade (CEAG). Por 14 anos, atuou no mercado financeiro, como analista de investimento – equity, debt, sell side, buy side e M&A – no Unibanco, Unibanco Asset Management e Banco Inter American Express. Ex-superintendente de Regulação, Orientação e Enforcement de Emissores da B3 (onde atuou por 16 anos), área responsável pelo desenvolvimento dos regulamentos, aplicação, enforcement e aprimoramento dos Segmentos Especiais – dentre os quais, o Novo Mercado – bem como por outras iniciativas relacionadas ao mercado de capitais. Consultora de Advocacy da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC), com foco em mercado de capitais, regulação e governança. Sócia-administradora da White Box Consultoria e Assessoria Empresarial, especializada em gerenciamento de riscos e governança corporativa. É membro do suplente do conselho fiscal do Banco Inter S.A, da MRV e Log Commercial Properties.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Comitês Estatutários

Comitê de Governança, Riscos, Compliance e Privacidade

(a) Nome	Betânia Tanure de Barros	Eduardo Fischer Teixeira de Souza	Junia Maria de Souza Lima Galvão	Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza	Nicola Calicchio Neto	Paulo Sergio Kakinoff
(b) Data de Nascimento	14/04/1961	24/09/1973	21/08/1970	29/12/1978	17/02/1966	06/09/1974
(c) Profissão	Administradora	Engenheiro	Contadora	Advogada	Engenheiro Civil	Administrador
(d) CPF	385.001.086-49	000.415.476-24	878.532.996-72	040.415.096-96	527.496.576-87	194.344.518-41
(e) Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo
(f) Data eleição	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024	25/06/2024	09/04/2024
(g) Data da posse	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024	25/06/2024	09/04/2024
(h) Prazo do mandato	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026
(i) Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
(j) Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro mandato	29/06/2018	08/05/2015	10/05/2017	08/05/2015	-	23/09/2022

Comitê de Pessoas

(a) Nome	Betânia Tanure de Barros	Eduardo Fischer Teixeira de Souza	Junia Maria de Souza Lima Galvão	Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza	Rafael Menin Teixeira de Souza
(b) Data de Nascimento	14/04/1961	24/09/1973	21/08/1970	29/12/1978	26/12/1980
(c) Profissão	Administradora	Engenheiro	Contadora	Advogada	Engenheiro
(d) CPF	385.001.086-49	000.415.476-24	878.532.996-72	040.415.096-96	013.255.636-76
(e) Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo
(f) Data eleição	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024
(g) Data da posse	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024
(h) Prazo do mandato	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026
(i) Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
(j) Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro mandato	10/05/2017	08/05/2015	08/05/2015	08/05/2015	08/05/2015

Comitê de Operações

(a) Nome	Eduardo Fischer Teixeira de Souza	Nicola Calicchio Neto	Rafael Menin Teixeira de Souza	Rubens Menin Teixeira de Souza
(b) Data de Nascimento	24/09/1973	17/02/1966	26/12/1980	12/03/1956
(c) Profissão	Engenheiro	Engenheiro Civil	Engenheiro	Engenheiro
(d) CPF	000.415.476-24	527.496.576-87	013.255.636-76	315.836.606-15
(e) Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo
(f) Data eleição	09/04/2024	25/06/2024	09/04/2024	09/04/2024
(g) Data da posse	09/04/2024	25/06/2024	09/04/2024	09/04/2024
(h) Prazo do mandato	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026
(i) Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim	Sim	Sim
(j) Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro mandato	08/05/2015	-	08/05/2015	08/05/2015

Comitê Financeiro

(a) Nome	Antonio Kandir	Eduardo Fischer Teixeira de Souza	Leonardo Guimarães Correa	Nicola Calicchio Neto	Rafael Menin Teixeira de Souza	Ricardo Paixão Pinto Rodrigues	Rubens Menin Teixeira de Souza
(b) Data de Nascimento	02/05/1953	24/09/1973	30/08/1958	17/02/1966	26/12/1980	04/10/1980	12/03/1956
(c) Profissão	Engenheiro Mecânico	Engenheiro	Economista	Engenheiro Civil	Engenheiro	Engenheiro Civil	Engenheiro
(d) CPF	146.229.631-91	000.415.476-24	275.939.836-68	527.496.576-87	013.255.636-76	039.096.196-57	315.836.606-15
(e) Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo
(f) Data eleição	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024	25/06/2024	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024
(g) Data da posse	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024	25/06/2024	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024
(h) Prazo do mandato	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026
(i) Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
(j) Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro mandato	19/05/2020	-	19/05/2020	-	19/05/2020	19/05/2020	19/05/2020

Comitê de Auditoria

(a) Nome	Antonio Kandir	Marcelo Amaral Moraes	Paulino Ferreira Leite
(b) Data de Nascimento	02/05/1953	10/07/1967	08/02/1948
(c) Profissão	Engenheiro Mecânico	Economista	Contador
(d) CPF	146.229.631-91	929.390.077-72	058.171.206-97
(e) Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo
(f) Data eleição	07/03/2024	25/11/2024	07/03/2024
(g) Data da posse	07/03/2024	25/11/2024	07/03/2024
(h) Prazo do mandato	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026
(i) Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim	Sim
(j) Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro mandato	14/04/2020	-	-

Comitês Não Estatutário

Comitê de Ética

(a) Nome	Eduardo Fischer Teixeira de Souza	Raphael Rocha Lafetá	Junia Maria de Souza Lima Galvão	Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza	Rafael Menin Teixeira de Souza
(b) Data de Nascimento	24/09/1973	20/02/1968	21/08/1970	29/12/1978	26/12/1980
(c) Profissão	Engenheiro	Engenheiro	Contadora	Advogada	Engenheiro
(d) CPF	000.415.476-24	654.920.306-63	878.532.996-72	040.415.096-96	013.255.636-76
(e) Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo
(f) Data eleição	09/04/2024	10/02/2025	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024
(g) Data da posse	09/04/2024	09/04/2026	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024
(h) Prazo do mandato	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026
(i) Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
(j) Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro mandato	08/05/2015	-	25/06/2012	25/06/2012	25/06/2012

Comitê Jurídico

(a) Nome	Eduardo Fischer Teixeira de Souza	Guilherme Silva Freitas	Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza	Rafael Rocha Lafetá	Rubens Menin Teixeira de Souza
(b) Data de Nascimento	24/09/1973	22/06/1979	29/12/1978	20/02/1968	12/03/1956
(c) Profissão	Engenheiro	Advogado	Advogada	Engenheiro Mecânico	Engenheiro
(d) CPF	000.415.476-24	013.404.466-50	040.415.096-96	654.920.306-63	315.836.606-15
(e) Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo	Membro efetivo
(f) Data eleição	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024
(g) Data da posse	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024	09/04/2024
(h) Prazo do mandato	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026	09/04/2026
(i) Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
(j) Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro mandato	25/10/2019	25/10/2019	25/10/2019	25/10/2019	25/10/2019

7.5 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do Emissor, Controladas e Controladores.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Rubens Menin Teixeira de Souza - Presidente do Conselho de Administração	315.836.606-15	MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A	08.343.492/0001-20	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia - Membro do Conselho de Administração	040.415.096-96	MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A	08.343.492/0001-20	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza – Diretor Presidente	013.255.636-76	MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A	08.343.492/0001-20	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)

7.6 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
31/12/2024			
Administrador do Emissor Rubens Menin Teixeira de Souza Presidente do Conselho de Administração	315.836.606-15	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Urba Desenvolvimento Urbano S.A. Membro do Conselho de Administração	10.571.175/0001-02		
MRL Engenharia e Empreendimentos Membro do Conselho de Administração	02.578.564/0001-31		
AHS Residencial, LLC Membro do Conselho de Administração			
Administrador do Emissor Leonardo Guimarães Corrêa Membro do Conselho de Administração	275.939.836-68	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada AHS Residencial, LLC Diretor Financeiro			

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
31/12/2023			
Administrador do Emissor Rubens Menin Teixeira de Souza Presidente do Conselho de Administração	315.836.606-15	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Urba Desenvolvimento Urbano S.A. Membro do Conselho de Administração	10.571.175/0001-02		
MRL Engenharia e Empreendimentos Membro do Conselho de Administração	02.578.564/0001-31		
AHS Residencial, LLC Membro do Conselho de Administração			
Administrador do Emissor Leonardo Guimarães Corrêa Membro do Conselho de Administração	275.939.836-68	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada AHS Residencial, LLC Membro do Conselho de Administração			

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
31/12/2022			
Administrador do Emissor			
Rubens Menin Teixeira de Souza Presidente do Conselho de Administração	315.836.606-15	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Urba Desenvolvimento Urbano S.A. Membro do Conselho de Administração MRL Engenharia e Empreendimentos S.A Presidente do Conselho de Administração	10.571.175/0001-02		
AHS Residencial, LLC Membro do Conselho de Administração	02.578.564/0001-31		
Administrador do Emissor			
Leonardo Guimarães Corrêa Membro do Conselho de Administração	275.939.836-68	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
AHS Residencial, LLC Membro do Conselho de Administração			